

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

ANA GABRIELA CARDOSO

**CAMINHOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS À HEGEMONIA
DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL**

BAURU
2017

ANA GABRIELA CARDOSO

**CAMINHOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS À HEGEMONIA
DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof.^a M.^a Roberta Cava.

BAURU
2017

Cardoso, Ana Gabriela

C2683c

Caminhos rumo ao desenvolvimento: reflexões sobre os desafios à hegemonia do Brasil na América do Sul / Ana Gabriela Cardoso. -- 2017.

83f. : il.

Orientadora: Prof.^a M.^a Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.

1. Desenvolvimentismo. 2. Competitividade. 3. Integração. I. Cava, Roberta. II. Título.

ANA GABRIELA CARDOSO

**CAMINHOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE
OS DESAFIOS À HEGEMONIA DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Prof.^a M.^a Roberta Cava.

Bauru, 30 de novembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof.^o Esp. Sebastião Clementino da Silva
Universidade do Sagrado Coração

Prof.^o Dr. Bruno Vicentine Lippe Pasquarelli
Universidade do Sagrado Coração

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, porque sem Ele nada teria sentido, estive cuidando de mim de diversas maneiras, uma delas foi colocando pessoas especiais no meu caminho para me ajudar na concretização desse sonho, outra delas foi através da saúde e força para superar todas as dificuldades.

Agradeço a minha orientadora Roberta pela sabedoria e inteligência na qual pude aprender várias coisas e finalizar este trabalho. Ao professor Macalé que me inspirou a escolher o tema desta pesquisa. Reconheço também todos os professores que passaram pela minha trajetória, contribuindo para a minha formação profissional.

Agradeço à minha mãe Marilsa pelo incentivo e apoio no decorrer de todo curso, acreditando no meu potencial. Ao meu namorado Matheus por toda paciência, carinho e amor, estando sempre presente, mesmo em meus momentos de chatice e de crise, em que havia ansiedade e desespero, mas pude contar com um ombro amigo, um parceiro incrível e compreensivo que me ajudou muito.

Deixo aqui meus agradecimentos a todos que colaboraram de alguma forma, direta ou indiretamente, também com palavras de incentivo e força. Reitero a importância de Deus, da universidade, da família e dos amigos para a finalização desta etapa da minha vida.

Dedico este trabalho a Deus, pois minha vida pertence a Ele.

RESUMO

O Brasil é o maior país na América do Sul, com grandes possibilidades para a obtenção da hegemonia na região. O presente trabalho tratará de analisar os benefícios de priorizar o comércio com os países latino-americanos, obtendo assim relações recíprocas e ganhos mútuos, caminhando então para o maior desenvolvimento do país, no entanto, é necessário desfazer dos laços da dependência dos Estados Unidos e países desenvolvidos, criando a sua própria nacionalidade. Para chegar a resultados satisfatórios os conteúdos deste trabalho são: a crítica da Cepal às teorias clássica e neoclássica, a teoria da dependência, seguido do histórico da economia brasileira, a integração regional e o comércio internacional do Brasil. Para a realização deste trabalho utilizou-se de fontes primárias e secundárias, os principais autores que colaboraram para este trabalho foram Furtado, Bresser-Pereira e sites oficiais da OMC, Mercosul, Brasil e Cepal, porém foram utilizadas outras diversas fontes para a realização da pesquisa.

Palavras chaves: Desenvolvimentismo. Competitividade. Integração.

ABSTRACT

The Brazil is the largest country in South America, with great possibilities for obtaining hegemony in the region. The present work will analyze the benefits of prioritizing trade with the Latin American countries, thus obtaining reciprocal relations and mutual gains, thus moving towards the greater development of the country, however, it is necessary to undo the ties of dependence of the United States and developing their own nationality. In order to arrive at satisfactory results the contents of this work are: the critic of the ECLAC to the classic and neoclassical theories, the dependency theory, followed by the history of the Brazilian economy, the regional integration and the international trade of Brazil. The main authors who collaborated for this study were Furtado, Bresser-Pereira and official sites of the WTO, Mercosur, Brazil and Eclac, but several other sources were used to carry out this work search.

Keywords: Developmentalism. Competitiveness. Integration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Padrão de comércio internacional com base nas vantagens comparativas.....	15
Figura 2 – Plano geral do pensamento de Raúl Prebisch.....	21
Figura 3 – Demonstrativo da evolução PIB Total e Per capita dos países latino-americanos.....	31
Figura 4 – Índice de trocas comerciais de bens na América Latina.....	32
Figura 5 – Evolução da dívida externa de alguns países latino-americanos entre 1970 e 2005 (em milhões de dólares).....	33
Figura 6 – As indústrias de ponta no mundo no início do século XXI.....	34
Figura 7 – Mapa dos membros da Comunidade Andina.....	57
Figura 8 – Mapa de todas as fronteiras do Brasil na América do Sul.....	66
Figura 9 – Participação dos países no mercado internacional.....	71
Figura 10 – Participação do Brasil em acordos regionais de comércio.....	72

LISTA DE SIGLAS

AL – América Latina
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAN – Comunidade Andina de Nações
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GM – Guerra Mundial
H-O – Heckscher-Ohlin
JK – Juscelino Kubitschek
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização do Comércio Mundial
ONU – Organização das Nações Unidas
PEI – Política Externa Independente
PEB – Política Externa Brasileira
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
TEC – Tarifa Externa Comum
UE – União Europeia
Unasul – União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD – Confederações das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A CRÍTICA DA CEPAL ÀS TEORIAS CLÁSSICA E NEOCLÁSSICA: O PENSAMENTO DE RAUL PREBISCH E CELSO FURTADO COMO “DIVISOR DE ÁGUAS” PARA A AMÉRICA LATINA.	15
2.1	TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO	25
3	A ECONOMIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DA COLÔNIA À REPÚBLICA	37
3.1	PERÍODO COLONIAL (1500 – 1822)	37
3.2	PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889).....	39
3.3	PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	40
3.4	DEMOCRACIA POPULISTA (1930-1964), REGIME MILITAR (1964-1984), REDEMOCRATIZAÇÃO E O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO (a partir de 1985). ...	42
4	A AMÉRICA LATINA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	54
4.1	PACTO ANDINO	57
4.2	ALADI.....	58
4.3	MERCOSUL	59
4.4	ALCA.....	60
5	O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL	63
5.1	FRONTEIRAS	63
5.2	ESTRUTURA/DINÂMICA ECONÔMICA E COMERCIAL DO BRASIL DE 1990 A 2017	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um território imenso, a maior economia na América do Sul e possui fronteiras com quase todos os países latino-americanos. A busca por liderança do país na região ocorre há tempos, mas ganhou autonomia na época do governo de Lula, tendo decaído nos governos sucessivos. Entretanto, a importância da integração econômica regional continua notória e necessária para o país atingir o crescimento e desenvolvimento econômico.

Diante deste cenário e ao observar a falta de eficiência do Brasil no mercado internacional, se faz necessário um estudo para analisar os caminhos rumo ao desenvolvimento, consolidando uma perspectiva da possibilidade da hegemonia do Brasil na América do Sul. Nesta linha de raciocínio, este trabalho representará os fatores positivos de priorizar o comércio com os países latino-americanos, a partir de análises da crítica da CEPAL às teorias clássica e neoclássica, do histórico da economia brasileira, da integração regional e do comércio internacional do Brasil.

Com o cenário conturbado da política atual brasileira, seria ainda possível para o Brasil se tornar hegemônico na América do Sul? O Brasil possui potencial, necessitando, porém, de uma reforma política e econômica e a visão voltada para as relações recíprocas e ganhos mútuos com os países vizinhos. Nesse caso, pode ser capaz de se desenvolver sem a total dependência dos países desenvolvidos e ajudar a região a sair da condição de periferia.

O objetivo deste trabalho é mostrar o protagonismo do Brasil através do fortalecimento das relações com os países latino-americanos, visto a potencialidade que o país possui frente aos demais países da região. Dessa forma, é preciso que o país deixe de aceitar o reconhecimento como país periférico e dependente dos países desenvolvidos para buscar o seu próprio desenvolvimento e valorização da nacionalidade brasileira.

No início deste trabalho será abordada a crítica da CEPAL às teorias clássica e neoclássica, contando com as contribuições de Raul Prebisch e Celso Furtado, que são importantes teóricos para a formação do desenvolvimentismo da América Latina, visto que para os teóricos clássicos e neoclássicos, a região exportaria apenas bens primários e importaria tecnologia de países desenvolvidos, continuando

na condição de periferia. Com a decadência do modelo cepalino em 1960, será abordada a teoria da dependência e a crítica ao desenvolvimentismo.

Para uma maior compreensão das ações tomadas pelo Brasil em âmbito econômico, será analisado no capítulo três o histórico da economia do país desde a colônia até a contemporaneidade com o objetivo de verificar os períodos em que o Brasil obteve maior êxito em questões econômicas, políticas e sociais. Atualmente, o país conta com um cenário econômico e político em crise, em que a visibilidade externa do Brasil se encontra fragilizada, dessa forma, se faz necessário nesta etapa do trabalho, ter perspectivas futuras, enquanto a expectativa é de mudança no cenário vivenciado.

No capítulo seguinte será feita uma análise da integração econômica na América Latina, levando em consideração os blocos econômicos regionais formados para obter um maior intercâmbio entre países da região, tais como a Alalc, depois transformado em Aladi, Pacto Andino, Mercosul e Alca. O objetivo é explanar acerca dos benefícios encontrados ao fortalecer as trocas comerciais entre os países da região.

O comércio internacional e o Brasil serão abordados no último capítulo, contendo nesta análise, as fronteiras em que o Brasil faz parte, sendo estas importantes ferramentas para a influência do país no território, depois, a estrutura econômica e comercial do Brasil a partir da década de 1990 a 2017, tendo mudanças nas posições políticas e de condução externa dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. A OMC e o Mercosul serão abordados nesta etapa também, visto que são importantes ferramentas a cooperarem no fortalecimento dos países latino-americanos.

A metodologia deste trabalho é descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando-se do método histórico comparativo para chegar a conclusões sobre a possibilidade do Brasil se tornar hegemônico na América do Sul, mostrando resultados qualitativos e quantitativos a respeito dos benefícios ao priorizar relações com os países vizinhos. As fontes utilizadas no trabalho foram primárias e secundárias, retiradas de livros e internet, complementadas pelos conteúdos trabalhados em sala de aula.

2 A CRÍTICA DA CEPAL ÀS TEORIAS CLÁSSICA E NEOCLÁSSICA: O PENSAMENTO DE RAUL PREBISCH E CELSO FURTADO COMO “DIVISOR DE ÁGUAS” PARA A AMÉRICA LATINA.

O objetivo deste capítulo é explorar o pensamento trazido pela CEPAL, enquanto um referencial para o processo de desenvolvimento para a América Latina (AL). Trata-se de um questionamento às teorias clássicas e neoclássicas, que não permitiam abertura para o cenário agrário exportador latino-americano. Para os teóricos clássicos e neoclássicos, a América Latina exportaria apenas bens primários e importaria tecnologia de países desenvolvidos, continuando na condição de subdesenvolvimento, sem buscar aumento da sua competitividade no comércio internacional. Contra essa perspectiva, Raul Prebisch e Celso Furtado realizaram vários estudos para que a desigualdade nas relações entre os países periféricos e os países desenvolvidos fosse diminuída, posteriormente será abordado o estudo da teoria da dependência e o novo pensamento da CEPAL da década de 1990.

A teoria clássica de Adam Smith trata de uma perspectiva macroeconômica, preocupando-se com aspectos de curto prazo, como por exemplo, o desemprego, o equilíbrio do mercado por meio do ajuste de preços, o aumento da produtividade do fator trabalho e a não intervenção do Estado na economia. Considerado como o fundador da economia política, um dos pioneiros do liberalismo econômico e um dos pais da economia moderna, Smith contribuiu altamente no comércio internacional da época criando a teoria do valor-trabalho.

Em sua famosa obra intitulada de “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776, “Smith explicou não apenas o papel crítico do mercado na acumulação da riqueza de uma nação, mas também a natureza da ordem social que foi atingida e que se espera manter”¹. Defende, então, que as vantagens da liberdade econômica e que a desigualdade é um incentivo ao trabalho e ao enriquecimento.

Como se pode observar, Smith visa então apenas no crescimento econômico do país, que é algo mais rápido de se alcançar ao invés de pensar no

¹ APPLEYARD, Denis R.; FIELD, Alfred J.; COBB, Jr., Steven L. **Economia internacional**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010, p. 24.

desenvolvimento² econômico de longo prazo, que estabiliza e coloca o país a um nível maior.

A ideia central de Smith é o livre comércio; as nações devem se especializar completamente naquilo que produzem de melhor por um preço mais acessível e importar aquilo que custa menos em termos de força trabalho em outras nações, além de que as importações permitem que um país obtenha produtos que ele não pode produzir ou produza a um custo muito elevado. Essa ideia é a da teoria das vantagens absolutas criada pelo autor. Uma crítica é que se algum país não possuísse nenhuma vantagem absoluta este não faria comércio com outros países.³

O economista inglês David Ricardo aperfeiçoou as ideias do estudo de Adam Smith, criando a teoria das vantagens comparativas ou relativas que foi introduzido em seu marcante livro 'The principles of political economy and taxation' em 1817, trazendo suas indagações sobre lucros e distribuição de salários e livre comércio. Buscou mostrar que todos os países podem participar do comércio internacional ao exportar bens que produzissem de forma mais eficiente. Assim, os países exportam o que têm de melhor e importam aquilo que tem desvantagem, para assim obter vantagens comparativas.⁴

Assim como Adam Smith, David Ricardo acredita que os países ganham ao realizar comércio bilateral. A eficácia da troca é o objetivo primordial de Ricardo com base na lógica do ganho mútuo. O comércio internacional para ele é um jogo de soma positiva, pensamento oposto do mercantilismo, que considera que o comércio internacional possui ganhos de soma nula, aonde um país ganha a custa do outro.

Para este teórico, os comércios realizados com base nas vantagens absolutas são feitos na maioria das vezes somente nas trocas entre zonas tropicais e temperadas por serem de nações distintas. Pensando nisso, a teoria das vantagens comparativas abrange maiores trocas e lucros devido à imobilidade internacional dos fatores de produção.⁵ Para explicar sua teoria, ele criou o famoso exemplo que descreve a produção de vinho e tecido na Inglaterra e em Portugal, exposto na figura abaixo:

² Crescimento econômico: mensuração em termos quantitativos, ou seja, montante das rendas de um país. Desenvolvimento econômico: mensuração em termos qualitativos, ou seja, qualidade do crescimento e condições de vida da população de determinado país. In: (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, 2009, p. 58).

³ APPLEYARD; FIELD; COBB, Op. Cit., p. 24.

⁴ Ibid., p. 31.

⁵ Ibid. p. 30-31.

Figura 1- Padrão de comércio internacional com base nas vantagens comparativas

Países	Bens: Tecido e Vinho			
	Custo (horas de trabalho necessárias para produzir 1)		Produtividade (produção por hora de trabalho)	
	Tecido	Vinho	X	Y
Inglaterra	100	120	1/100	1/120
Portugal	90	80	1/90	1/80

Fonte: (TISSOT, 2011)⁶

Na perspectiva de Adam Smith, Portugal tem vantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias e a Inglaterra tem desvantagem total porque as horas de trabalho são menores para produzir tanto em tecido como em vinho; dessa forma para ele, não há como realizar comércio entre os países. Ricardo, porém indicou que tendo em conta a especialização relativa, Portugal é mais eficiente na produção de vinho do que tecido, e a desvantagem era maior em tecido. Isso porque, como mostra a figura 1, o número relativo de horas necessárias para produzir vinho é menor que o número relativo de horas para produzir tecido. Com isso, os países têm incentivos para as trocas por causa das diferenças relativas de custos e tempo de trabalho. Portanto, os países devem se especializar naquilo que tem maior vantagem comparativa, não absoluta.⁷

A teoria é criticada no que diz respeito à tecnologia, estrutura industrial, mobilidade dos fatores de trabalho e condições macroeconômicas, mas apesar de todas as críticas, o modelo ricardiano trouxe várias contribuições para as teorias econômicas e possíveis formulações para os estudiosos de economia. De acordo com Appleyard⁸, os escritores clássicos concluíram que, se há uma base para a troca, ela automaticamente leva um país à completa especialização na mercadoria na qual tem vantagem comparativa.

Por sua vez, o modelo neoclássico avalia os efeitos da dotação de fatores sobre o comércio internacional e os impactos sobre a distribuição de renda, inserindo novos estudos sobre o comércio entre as nações. Essa perspectiva foi

⁶ TISSOT, Guilherme. Comércio Internacional. [guilhermetissot.wordpress.com](https://guilhermetissot.wordpress.com/2011/05/09/comercio-internacional/), 2011. Disponível em: <<https://guilhermetissot.wordpress.com/2011/05/09/comercio-internacional/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁷ APPLEYARD; FIELD; COBB, Op. Cit., p. 31.

⁸ Ibid., p. 35.

introduzida por dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin. A teoria de Heckscher-Ohlin (H-O) difere da teoria clássica na suposição que as dotações relativas de fatores são diferentes em cada país e que as mercadorias são sempre intensivas em um dado fator, independente dos preços dos fatores e também apoiam a intervenção do Estado na economia. Com isso,

O modelo de H-O supõe não apenas que as mercadorias tenham diferentes intensidades de fatores com preços de fatores comuns, mas também que a diferença permaneça para todas as razões de preços de fatores possíveis em ambos os países.⁹

Portanto, a teoria de H-O sustenta que as vantagens comparativas são influenciadas por abundância considerável do fator de produção em cada país, determinando o que deve ser exportado; dessa forma, os bens intensivos de seus fatores escassos importados. Por exemplo, o Brasil exporta bens que são utilizados com mais abundância, os recursos naturais e o trabalho, e importa tecnologia.

De acordo com os pensamentos acima das teorias clássica e neoclássica, o Brasil exporta o que ele tem de melhor em termos de eficácia produtiva, que são os produtos manufaturados e agropecuários, ou seja, apenas bens primários, e importa tecnologia e bens industriais de países desenvolvidos, continuando na condição de subdesenvolvido e com baixa elasticidade agrícola, sem buscar aumento da sua competitividade no comércio internacional. Com isso, essas teorias serviam aos interesses das nações desenvolvidas, porém não colaboravam com o desenvolvimento das nações periféricas.

A título de exemplo, na época dos anos 1950, as exportações brasileiras eram voltadas a principalmente ao café, açúcar e cacau, e as importações de equipamentos industriais e produtos finais equivaliam a maior porcentagem das compras externas. O Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, apostava que o desenvolvimento econômico iria aumentar devido à sua economia favorável.

De acordo com Gonçalves¹⁰, a produção industrial cresceu, em média, 9,4% ao ano entre 1942 e 1945, e as autoridades do governo brasileiro acreditavam que o governo norte-americano iria ver o Brasil como um caso atraente na América Latina e, assim, ajudaria com o plano de desenvolvimento econômico. Porém, a ideia dos

⁹ APPLEYARD; FIELD; COBB, Op. Cit., p. 130.

¹⁰ GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 17.

Estados Unidos já estava clara antes mesmo do fim da guerra, qual seja, aumentar o fluxo de comércio, eliminando as barreiras tarifárias, exigindo então dos países a política de caráter liberal, ou seja, das vantagens comparativas. A agenda norte-americana ficou, assim, sem espaço para implementar planos de auxílio econômico em países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil.¹¹

A corrente liberalista foi instalada novamente pós-guerra, visto que os Estados Unidos influenciaram na aceitação de grande parte dos países latino-americanos no conceito de livre comércio através da conferência interamericana de Chapultepec, realizada no México em fevereiro de 1945, ocasionando logo depois a organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. De acordo com Ligiero (2011):

Na década de sessenta, o Brasil era um país basicamente subdesenvolvido, exportador de produtos primários e com uma economia predominantemente agrária. Já havia sofrido alguns surtos de industrialização, principalmente no período de Juscelino Kubitschek, mas era limitada sua capacidade de participação e alavancagem internacional.¹²

A autonomia brasileira foi melhorando ao decorrer dos anos, buscando se aperfeiçoar e industrializar, mas variou de acordo com a política externa de cada governo, de modo que, “no regime democrático representativo vigente durante a política externa independente, os mecanismos de adoção de políticas foram naturalmente mais descentralizados do que na época do pragmatismo responsável.”¹³

A CEPAL (Comissão econômica para a América Latina e o Caribe) foi criada após a Segunda Guerra Mundial pela Assembleia Geral da ONU em 14 de Julho de 1947, em um contexto de uma economia mundial em crise.¹⁴ A esse respeito, “a CEPAL sempre apontou para os desafios contra a desigualdade, para a luta contra a pobreza, para o fomento à democracia, justiça e paz e para as opções de inserção na economia mundial.”¹⁵

¹¹ GONÇALVES, Op. Cit., p. 18-19.

¹² LIGIERO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 301.

¹³ Ibid., p. 303.

¹⁴ GONÇALVES, Op. Cit., p. 23.

¹⁵ Informações disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

A razão pela qual a CEPAL não foi apenas uma comissão para a América Latina, é que de início, sua sede foi estabelecida em Santiago do Chile com o objetivo de fortalecer as relações econômicas dos países vizinhos. Posteriormente, o seu trabalho foi ampliado para os países do caribe, promovendo o desenvolvimento social da região. Com isso, ela possui duas sedes sub-regionais, uma no México para a América Central e a outra em Porto Espanha, Trinidad e Tobago para o Caribe e possui 5 Escritórios nacionais localizados em Brasília, Bogotá, Buenos Aires, Montevidéu e Washington, DC.¹⁶

A CEPAL teve como um dos maiores representantes o economista argentino Raúl Federico Prebisch Linares, que contribuiu ativamente para a elaboração de teorias de desenvolvimento econômico da região. O principal objetivo da Cepal era o de buscar base institucional para o desenvolvimento dos países latino-americanos, por meio da substituição das importações, aumentando o processo de industrialização orientado principalmente pela ação do Estado, visando diminuir as desigualdades existentes.

Um elemento fundamental que a comissão coloca para o fomento do desenvolvimento industrial e econômico é o capital internacional, servindo como um complemento à poupança interna dos países, necessária para o processo de industrialização. Em relação à presença brasileira nessa lógica, “o Brasil, pelo seu território, população e participação na economia da América Latina, foi e permanece sendo uma das principais fontes e tema de análise dos relatórios e estudos da CEPAL”¹⁷.

Houve fortes oposições, sobretudo dos norte-americanos, com o pretexto da CEPAL ser temporária, acreditava-se que a instituição não iria sobreviver. Os Estados Unidos estava descontente com o apoio teórico proporcionado a região, como às políticas de intervenção estatal voltadas ao processo de industrialização, sendo que estes princípios contrariavam a visão dos economistas clássicos sobre a força de livre mercado e das vantagens comparativas, podendo ser uma ameaça às exportações de produtos industrializados dos norte-americanos.¹⁸

Raul Prebisch não via outra saída além do processo de industrialização através da substituição das importações para o desenvolvimento da América Latina.

¹⁶ Informações disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>> Acesso em 18/09/2017

¹⁷ Ibid.

¹⁸ GONÇALVES, Op. Cit., p. 47.

Por esse motivo, critica o modelo clássico e neoclássico, pois dada a vocação natural agrária do país, a industrialização traria prejuízos na economia ao realizar comércio internacional, uma vez que não possuiria vantagens comparativas. Há uma grande desigualdade nos termos de troca, percebe-se na importação de produtos manufaturados e na exportação de produtos agrícolas, tendo assim um desequilíbrio na balança comercial.¹⁹

Para o economista argentino, as características das economias latino-americanas eram a baixa diversidade de produtividade, a especialização na agropecuária e mineração e falta de capacidade empresarial. Visto isso, alguns problemas são adiantados segundo os próprios teóricos da CEPAL, que são o alto investimento em diversos setores de tecnologia, necessitando, porém, de recursos que muitos países latino-americanos não possuíam, além de intensidade dos fatores de mão de obra, a geração de novas divisas para a exportação, demandada pelo processo de industrialização e a ineficiência do capital.

O sistema “centro-periferia”, assim chamado por Prebisch para atribuir os efeitos históricos do progresso técnico inseridos na economia mundial, demonstrava os efeitos negativos do comércio de exportação de matérias primas. Os Estados Unidos foram designados como sendo o principal “centro” por ter grande tecnologia e industrialização e os países latinos americanos como a “periferia”, por sua abundância e foco no setor primário. Portanto, “para Prebisch, o subdesenvolvimento procede da limitação do progresso técnico às atividades exportadoras de produtos primários.”²⁰

No entanto, com a elevação dos níveis tecnológicos da cadeia produtiva da população dos países periféricos, as desigualdades sociais seriam diminuídas, impulsionando o crescimento econômico, com a criação de mais oportunidades de distribuição de emprego e avanço no sistema de ensino e educação das novas gerações para a demanda do processo de industrialização, fazendo com que os países não fossem mais dependentes do mercado externo.

Com todos os benefícios encontrados, ainda existiam dificuldades por parte dos países periféricos por ter que importar máquinas e equipamentos para a fase de

¹⁹ COUTO, Joaquim Miguel. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1 (146), p. 65-87, 2017. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/146-4.PDF>>. Acesso em: 07 out. 2017.

²⁰ FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 62.

industrialização, sendo isso um empecilho visto a falta de recursos dos países latino-americanos. Prebisch sugeriu então a assiduidade do Estado como ator fundamental para a racionalização desse processo, devendo conduzir o procedimento de desenvolvimento industrial com a intervenção direta ou indireta, a direta seria as empresas estatais ou investimentos diretos e a indireta seria incentivos, isenções fiscais e subsídios à indústria.²¹

A política desenvolvimentista de Prebisch tem como principal elemento as medidas protecionistas, sendo uma ótima ferramenta para a proteção da indústria nascente dos países subdesenvolvidos e para que eles possam concorrer com as poderosas indústrias do exterior. O Estado então cria barreiras à importação para fortalecer a indústria doméstica, fomentando o desenvolvimento econômico interno.

Vale ressaltar que para o argentino essa ferramenta não poderia ser utilizada de forma indiscriminada, mas sim de maneira temporária para tentar eliminar as diferenças produtivas existentes entre centro e periferia. Tratava-se de um estímulo à busca pela eficiência produtiva por parte dos países menos desenvolvidos e o engajamento destes no cenário internacional.

Dadas as divergências e críticas,

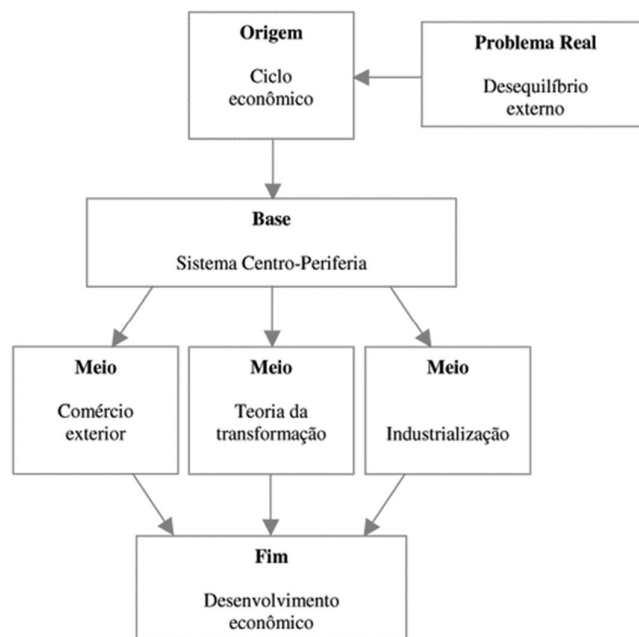
As ideias de Prebisch, porém, não foram aceitas pelos teóricos da economia neoclássica dos países desenvolvidos. O primeiro trabalho que contestou a teoria centro-periferia de Prebisch (e a necessidade da industrialização para superar o subdesenvolvimento) apareceu no pequeno livro *International trade and economic development: lectures delivered at the National University of Brazil*, do famoso professor das universidades de Chicago e Princeton, Jacob Viner.²²

Raul Contribuiu grandemente para os estudos de desenvolvimento econômico capitalista dos países periféricos, dando ênfase para que diversos técnicos da Cepal partilhassem e dessem contribuições ao estudo. O pensamento do argentino é sintetizado na figura abaixo:

²¹ COUTO, Op. Cit., p. 80.

²² Ibid., p. 67.

Figura 2: Plano geral do pensamento de Raúl Prebisch



Fonte: (COUTO, 2007).²³

Outro estudioso fundamental ao pensamento cepalino foi Celso Furtado, economista brasileiro, trabalhou na Cepal desde o seu início até 1957 e elaborou um estudo ainda mais aprofundado sobre os pressupostos do seu colega de trabalho Prebisch, dando continuidade às suas ideias e conceitos e aprofundando no pensamento estruturalista da Cepal, sendo considerado fundamental para os pensamentos da escola cepalina. Trabalhou no Grupo Misto Cepal-BNDE, cujo estudo sobre a economia brasileira servirá de base ao Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.²⁴

Segundo Prebisch e Celso Furtado, em momentos de bonança econômica, a demanda por alimentos e gêneros agrícolas não se eleva, mas o de industrializados sim e em momentos de crise os países desenvolvidos substituem a importação de bens agrícolas pela produção doméstica. Portanto, as teorias de desenvolvimento buscam meios explicativos para o processo social, interligando a tecnologia e o consequente aumento da produtividade, gerando bem estar e melhoria de vida na

²³ COUTO, Op. Cit.

²⁴ FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 13.

população que sofre assimetrias, combatendo-a então através da forte industrialização.²⁵

Em seus estudos, Furtado buscava identificar os problemas estruturais que impediam o desenvolvimento econômico nos países periféricos, proporcionando possíveis soluções ao indicar caminhos para os Estados, por meio dos quais eles podiam então tomar medidas para a seleção de importação de capitais, para não ter déficit na balança comercial e colaborar para a reforma na política agrária, tendo um enfoque reformista e desenvolvimentista, essas foram as mais comuns contribuições de seu trabalho.

A vertente da visão “centro-periferia” foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento, sendo entendido como fenômeno interligado à periferia, ocasionada pela expansão dos países industrializados. Há varias contribuições desses dois autores na economia mundial, como a crítica das vantagens comparativas do sistema centro-periferia da década de 1950, visando à compreensão da mudança de concepção dos países latino-americanos acerca de desfocar nas exportações primárias e expandir para a industrialização.

No entanto, apesar de todo o esforço em busca de tentar criar um modelo novo na América Latina, a teoria desenvolvimentista começa a perder força na década de 1960, tendo em vista não ser possível reproduzir o capitalismo das nações desenvolvidas. As nações menos desenvolvidas se encontram em um estágio inferior em comparação as nações desenvolvidas, e os países latino-americanos se encontravam limitados pela dependência ao mercado externo; assim, a distribuição de renda era péssima, não havia crescimento econômico, e passa-se a pensar em reformas para desobstruir a industrialização.²⁶

Na etapa a seguir o presente trabalho focará na Teoria da Dependência iniciada na metade da década de 1960 e posteriormente no pensamento da CEPAL nos anos 1990. É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce essa teoria, e o contexto que impulsionou o seu surgimento foram as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica de Raul Prebisch e da CEPAL, buscando demonstrar através de um

²⁵ MOREIRA, Uallace. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Rev. Econ. Polit.** [online]. v. 32, n. 2, p. 213-228, 2012, p. 219. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004>>. Acesso em: 03 out. 2017.

²⁶ FURTADO, 2007, Op. Cit., p. 200-202.

esforço crítico aos pressupostos do desenvolvimentismo que em um contexto exacerbado de protecionismo e em uma crise mundial, as grandes potências e poderosos grupos econômicos tinham o domínio na economia como um todo, limitando o desenvolvimento de países subdesenvolvidos.

2.1 TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO

A teoria da dependência é uma espécie de evolução do pensamento da CEPAL, que consistia em manter a importância de questões como o capital internacional, a divisão internacional do trabalho e a economia exportadora. Economicamente as relações mercantis deveriam ser deixadas de lado, se aperfeiçoando no movimento internacional de capitais, investimentos estrangeiros e dependência tecnológica, pois se observava que a América Latina estava caminhando para a estagnação, utilizando-se de formas intensivas de tecnologia que viam da indústria ainda em transformação, causando danos na economia interna dos países latino-americanos.²⁷

A dependência poderia ser entendida como uma relação de subordinação, em que os países desenvolvidos tinham grande influência de poder, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias através da expansão dos “grandes”, com isso é observado uma relação desigual e injusta porque o desenvolvimento de determinadas partes do sistema ocorreriam por meio do subdesenvolvimento de outras. Com isso, o autor Theotônio dos Santos afirma que,

A teoria da dependência buscou demonstrar que esta industrialização não trazia as consequências esperadas por esta visão desenvolvimentista e nacional-democrática. Ela não trazia autonomia de decisão, por que a industrialização passava a ser comandada pelo investimento externo, baseado na empresa multinacional, cujo centro de poder continuava nos pólos centrais da economia mundial.²⁸

Diferentemente da teoria desenvolvimentista, a teoria da dependência enxerga o subdesenvolvimento como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, uma realidade distinta e de difícil acesso, e não como parte de um

²⁷ SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Niterói: novembro de 1998, p. 85. Disponível em: <<https://goo.gl/Tzg57y>>. Acesso em: 04 out. 2017.

²⁸ Ibid., p. 104.

processo evolutivo. Existem várias vertentes da teoria da dependência, no entanto, serão enfatizadas três: a versão weberiana da dependência associada, a versão marxista da super-exploração, e por último a interpretação nacional-dependente, sendo esta estudada a partir de Celso Furtado e Oswaldo Sunkel.

A versão weberiana ou heterodoxa da dependência se inicia a partir das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em que afirmam o fracasso do processo de substituição de importações, bem como do projeto nacional-desenvolvimentista. Esses estudiosos não levam em consideração que o subdesenvolvimento era influenciado pelos fatores externos, procuram então formular uma análise que tenha no tipo de integração social das classes e grupos, os principais condicionantes do processo de desenvolvimento no capitalismo dependente.²⁹

Um dos principais objetivos dessa perspectiva teórica é explicar os processos econômicos por meio de processos sociais, onde a política seria a forma de expressão do componente econômico enquanto uma dominação social. Assim, a dependência associada, interpretação apresentada na vertente de Cardoso e Faletto, pode ser entendida como a interligação ao sistema dominante, priorizando a poupança externa para aumentar o crescimento interno.

Enquanto as empresas multinacionais adentram nos mercados dos países periféricos, o crescimento aumenta de acordo com a teoria da dependência associada.³⁰ No entanto, é comum os investidores utilizarem do mercado periférico para testar o mercado e, assim, estabelecer o renome de suas marcas, posteriormente podendo distribuir filiais em outros países, agregando lucratividade à organização, tendo o domínio para desfazer do uso dos antigos postos quando não for mais benéfico.³¹ A partir dessas informações, a dependência associada teve algumas contribuições negativas, como explicadas na citação a seguir:

²⁹ DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012, p. 115.

³⁰ BRESSER-PEREIRA, Os três ciclos da sociedade e do Estado. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, v. 38, p. 17-48, dez. 2010, p. 37. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

³¹ FASSY, Amauri. **Brasil: do FMI ao caos**. São Paulo: Global, 1984, p. 117.

Esta interpretação foi a dominante, porque logrou, com êxito, se identificar com a democracia e a justiça social. Dessa forma, contribuiu para a democratização. Mas contribuiu para que os intelectuais latino-americanos perdessem a ideia de nação – uma perda que se acelerou a partir do final dos anos 1980, quando a hegemonia neoliberal tomou conta da América Latina.³²

Já na versão marxista ou ortodoxa da dependência foi criada a “dialética da dependência”, através dos fatos e experiências ocorridas ao decorrer dos anos, em que as transformações socioeconômicas e acontecimentos políticos mostram que os países latino-americanos são dependentes, apresentando certas dificuldades que impedem que o capitalismo se desenvolva da mesma forma que as economias consideradas mais elevadas no sistema mundial. Existem vários pensadores que contribuíram para a elaboração dessa vertente teórica, mas há três grandes autores que se destacam: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos. Essa vertente levou a crise o pensamento cepalino e a teoria de desenvolvimento.³³

De acordo com Ruy Marini a interpretação da teoria da dependência foi elaborada em resposta à crise do desenvolvimentismo no início dos anos 1960, e “sua preocupação principal era mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes, inclusive as industriais, pelo subdesenvolvimento”.³⁴ Desse modo, a dependência se caracterizava pela negação da possibilidade da existência da burguesia nacional³⁵ nos países latino-americanos, enfatizando muito mais a exploração das classes do que a exploração das nações.

Para André Frank, o subdesenvolvimento poderia ser explicado através do capitalismo e imperialismo presente nos países desenvolvidos, já que a exploração era uma característica normal das economias capitalistas. Para Theotônio dos Santos, por sua vez, a única saída para a América Latina seria o fascismo e o socialismo.³⁶

Já a interpretação nacional-dependente originou-se na autocrítica daqueles que acreditavam no desenvolvimento da América Latina a partir das ideias cepalinas dos anos 1950. Para esse pensamento, o desenvolvimento era possível sempre que as elites estivessem guiadas pelos interesses nacionais e não por pressões

³² BRESSER-PEREIRA, Op. Cit., p. 41.

³³ DIAS, Op. Cit., p. 77-78.

³⁴ BRESSER-PEREIRA, Op. Cit., p. 32.

³⁵ Interpretação nacional-burguesa: Pode ser entendida como uma expressão da interpretação imperialista, só que em formato mais amplo. (Ibid).

³⁶ Ibid. p. 35.

imperiais ou sempre que fatores nacionais prevalecessem sobre os fatores dependentes na definição de políticas e reformas, sendo esta oposta a vertente da dependência associada que o desenvolvimento só seria possível a partir da aceitação da subordinação das grandes nações.³⁷

A CEPAL entrou em declínio na década de 1980, pois o mundo entrou em crise: grande parte das economias não crescia e a região latino-americana continuava sendo considerada semi-industrializada, possuindo ainda um grande índice de taxas de inflação. Alguns autores culpavam o ocorrido pela condução da política fiscal e monetária frouxa, principalmente pela falta de competitividade da indústria e o elevado grau de proteção às indústrias.

O Consenso de Washington na década de 1990 colocou um fim ao ciclo desenvolvimentista. Nos termos desse encontro, estipulou-se que os motivos da crise latino-americana eram o excessivo protecionismo, relacionado com o modelo de substituição de importações e o populismo econômico, podendo ser definido pela incapacidade do setor privado e público em manter sobre controle o déficit e as demandas salariais.³⁸

As reformas deveriam, em um primeiro momento, combater o populismo econômico e manter o equilíbrio fiscal, e em médio prazo adotar estratégia de crescimento, focada na liberalização do comércio internacional e priorização das exportações. Assim, o consenso de Washington, teoricamente, baseou-se na teoria da dependência associada³⁹, que predominou na América Latina entre a década de 1970 e 1990, concentrando a atenção aos problemas da democracia e justiça social, que eram de fato problemas existentes, porém fazendo com que a região perdesse o conceito de nação.

A queda do nível de industrialização se aprofundou ainda mais nos anos 1990, em que as exportações da América Latina passaram de 7.7%, em 1960, para 3.9%, em 1988. Porém, ocorreram algumas mudanças no interior do setor industrial que permitiram a elevação do coeficiente de exportações, aumentando para 11% em

³⁷ BRESSER-PEREIRA, Op. Cit., p. 40.

³⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n.1, p. 3-23, abr. 1991, p. 5-6. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso: 05 ago. 2017.

³⁹ Será analisada com mais detalhes adiante pelo trabalho.

1989, o fator seria a contração do mercado interno.⁴⁰ No Brasil, um estudo feito pela comissão “indica que para 67 empresas transnacionais, apresentaram um saldo positivo na balança comercial de 1,7 bilhão de dólares em 1974 e um superávit de apenas 53 milhões de dólares em 1980.”⁴¹ Dessa forma, a CEPAL reconhece que “os desequilíbrios macroeconômicos que afetaram os países da região levaram as políticas econômicas a enfatizarem mais os desajustes de curto prazo, como a inflação, do que as questões referentes ao crescimento”.⁴²

A CEPAL nos anos 1990 incorpora dois documentos para a retomada de crescimento, que são a proposta de transformação produtiva com equidade e as políticas para melhorar a inserção na economia mundial, sendo a primeira uma tarefa prioritária para o desenvolvimento da América Latina, buscando assim, o fortalecimento da inserção internacional do sistema produtivo. Propõe, então, uma abertura comercial moderada, com a ajuda da intervenção estatal até certo nível, podendo ser através da promoção das exportações, em que o Estado deve se concentrar nos problemas do período que são relativos à transformação produtiva e não focar nos problemas históricos acumulados.

O processo dessa estratégia de transformação produtiva foi iniciado a partir de quatro determinantes que são: o contexto internacional, a manutenção dos equilíbrios macroeconômicos, o financiamento do desenvolvimento e o apoio dos agentes sociais. O contexto internacional de acordo com a CEPAL sempre influenciou no desenvolvimento das economias periféricas, que tinham ainda de enfrentar o protecionismo dos países industrializados que é mais forte sobre os produtos agrícolas, mas também afetam os produtos que tenham maior valor agregado, exportados pelos países em desenvolvimento,

Dessa maneira, o primeiro objetivo da transformação produtiva deveria ser a inserção internacional, sendo esta muito importante para o desenvolvimento dos países periféricos e relacionada a isto, uma condição necessária para o possível crescimento das economias é a manutenção dos equilíbrios macroeconômicos, pois,

⁴⁰ NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina**: o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 70-71.

⁴¹ FASSY, Op. Cit., p. 28.

⁴² NERY, Op. Cit., p. 71.

Os desequilíbrios macroeconômicos atingiram de forma simultânea as esferas externa, fiscal e produtiva. Suas consequências se manifestaram através da escassez de divisas, hiperinflação e da subutilização da capacidade instalada. Sua estratégia macroeconômica de recuperação e crescimento envolve três elementos: a promoção das exportações, uma sólida situação fiscal e o aproveitamento da capacidade ociosa instalada. Nesta questão relativa ao equilíbrio macroeconômico a ênfase do documento no ajuste fiscal aproxima a CEPAL do receituário defendido pelo FMI.⁴³

Portanto, um reajuste através da manutenção dos equilíbrios macroeconômicos é um fator necessário para que a recuperação da economia fosse restaurada, não atingindo as esferas mencionadas no trecho acima, pois várias consequências negativas são observadas e afetam altamente o crescimento interno.

Já o financiamento do desenvolvimento se fundamenta em financiamento externo, poupança do setor privado⁴⁴ e do setor público. Era levado em consideração pela CEPAL ao que diz respeito ao financiamento externo, a não substituição da poupança interna pela poupança externa, pois com a dificuldade de reduzir gastos e assim solicitar o financiamento externo, acaba ocorrendo um endividamento interno, com conseqüente aumento da taxa de juros.

Cabe apontar também que a poupança do setor privado e público visa à credibilidade da política econômica, à manutenção dos equilíbrios macroeconômicos e à transparência dos marcos reguladores. Por esse motivo, ambas devem se interligar para, assim, buscar aumentar o desenvolvimento econômico da região e a capacidade de investimentos e financiamentos de áreas como educação, saúde, requalificação profissional, tecnologia e entre outras, para gerar o bem estar da população, sendo importantes componentes da estratégia de transformação produtiva.

O apoio dos agentes sociais é, então, um importante elemento, visto que a participação destes no processo de transformação atribuiria uma distribuição equitativa para todos, visando na redução da pobreza e aumento de políticas dos setores sociais para tentar superar a subordinação às políticas econômicas.⁴⁵

⁴³ NERY, Op. Cit., p. 73.

⁴⁴ A poupança privada diz a respeito das pessoas e a das empresas e a poupança do setor público compreende as políticas do governo para obter superávit do orçamento governamental. (NERY, Op. Cit., p. 73).

⁴⁵ PROJETO, regional para a superação da pobreza na América Latina. Uma estratégia para a superação da pobreza na América Latina. **Estud. av.** [online]. 1992, v. 6, n. 16, p.157-182. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000300012>>. Acesso em: 18 out. 2017.

Sendo assim, os objetivos que resumem a estratégia da transformação produtiva são: a inserção internacional, a interação entre os agentes públicos e privados e a articulação produtiva. Esses três elementos constituem uma base para aumentar a competitividade internacional, tendo em conta que o Estado é um fator fundamental para combater os problemas e desigualdades dos países latino-americanos em frente aos países desenvolvidos. Outro fator importante levantado pela comissão é a necessidade da integração regional da América Latina para o aumento da capacidade de negociação dos governos da região, dessa forma, atingindo autonomia para posteriormente realizar comércio com o centro.

As principais recomendações da CEPAL em torno do primeiro documento representativo da produção cepalina, que foi a “transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990” visa na liberalização comercial, na reforma do Estado e das privatizações, sendo profundamente semelhantes às medidas do Consenso de Washington.

O segundo documento, denominado como “políticas para melhorar a inserção da economia regional” se baseia em três instrumentos: a política comercial, a política econômica de apoio aos sistemas de produção e a política macroeconômica, com ênfase específica nos fluxos financeiros. A CEPAL alertava através deste documento, os riscos crescentes da desregulamentação financeira e da valorização cambial, defendendo a formatação de uma nova arquitetura financeira internacional.⁴⁶

É necessário apontar que “os documentos da CEPAL sempre advertiram que a abertura e a liberalização dos mercados financeiros deveriam ocorrer dentro de uma estrutura macroeconômica e de regulação apropriada”⁴⁷ Dessa forma, o resultado dependeria muito do ambiente econômico e da qualidade das políticas de regulação aplicadas.

Em longo-prazo seria necessário atribuir uma ferramenta capaz de inserir projetos produtivos no mercado financeiro, levando a concentração no capital internacional. Outro processo importante dentro dessa visão é o financiamento da pequena e média empresa, pois pelo seu suporte fragilizado sofrem os efeitos negativos do fracionamento do mercado de capitais. Em última estância, para

⁴⁶ NERY, Op. Cit., p. 80-81.

⁴⁷ Ibid., p. 82.

impedir a formação de bolhas especulativas e flutuações em grande escala da bolsa e do mercado de câmbio, “a CEPAL reitera a necessidade de mecanismos de regulação e supervisão das instituições financeiras que operam no mercado de capitais”,⁴⁸ podendo estabelecer regras que orientem o comportamento do câmbio e das taxas de juros.

Conclui-se, portanto, que o mercado financeiro internacional, de acordo com os estudos da comissão, é imperfeito, sendo quase impossível regulá-lo. Faz-se imprescindível, assim, a integração regional como meio para a economia da região desenvolver apropriadamente, bem como a atuação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, visto as peculiaridades das estruturas produtivas, das empresas e dos mercados dos países periféricos.

A partir de 1998, as ideias cepalinas com base na transformação produtiva com equidade enfatizam a inserção da América Latina na globalização do mundo capitalista. Nesse período, o pensamento da CEPAL volta-se para as bases estruturalistas, dando ênfase para o desenvolvimento produtivo, pois é um período de rápido crescimento da região, e “de 2003 a 2008 em que se alerta sobre o caráter temporário da bonança e enfatiza temas relacionados ao desenvolvimento produtivo e da proteção social”⁴⁹

Nesse sentido,

Após a crise de 2008, a CEPAL tem pensado a América Latina e o Caribe a partir da propositura de uma agenda transnacional latino-americana para a era global em três dimensões, a saber: a global, a regional e a nacional, assim sendo, busca-se uma globalização mais equilibrada, fortalecendo o papel crítico do espaço regional; impulsionando estratégias regionais para a globalização; e fortalecendo a proteção dos direitos humanos nesses países.⁵⁰

A partir desse contexto, a visão da CEPAL se desenvolveu amplamente para uma busca de integração regional, visando o fortalecimento das relações com os países vizinhos, tem-se, portanto caráter regional, global e nacional.

⁴⁸ NERY, Op. Cit., p. 86.

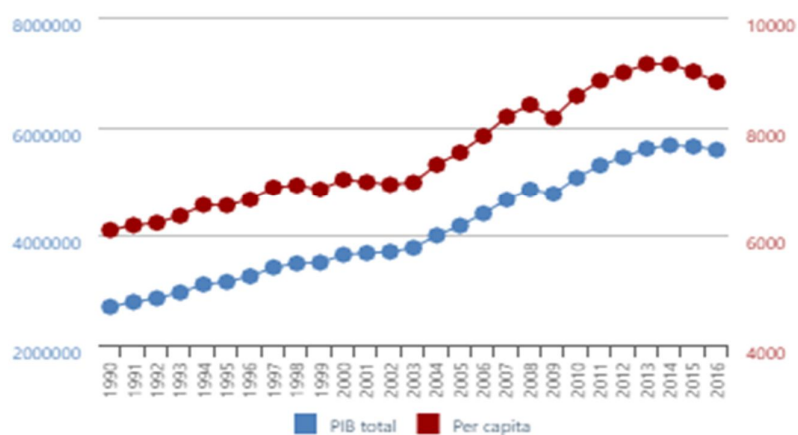
⁴⁹ PAASHAUS JUNIOR; Alberto Gustavo; LIRA, Daniel Ferreira de. O desenvolvimento regional na América Latina à luz do pensamento Cepalino: do estruturalismo à nova agenda para o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe. In: **Âmbito Jurídico**, v. 15, n. 101, jun. 2012. Disponível em:

<http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11683>. Acesso em: 19 out. 2017.

⁵⁰ Ibid.

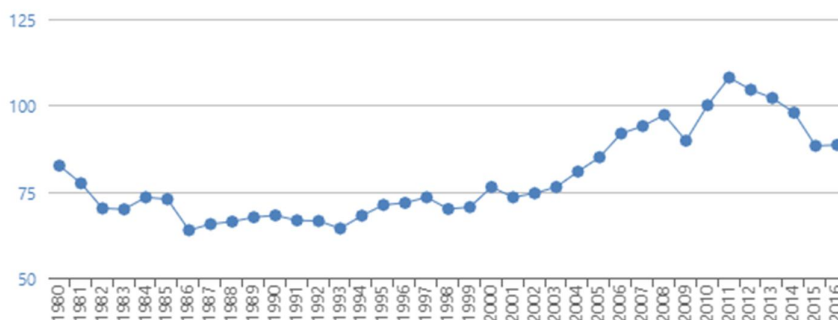
A esse respeito, destacam-se as figuras a seguir:

Figura 3: Demonstrativo da evolução PIB Total e Per capita dos países latino-americanos



Fonte: (CEPAL, 2017)⁵¹

Figura 4: Índice de trocas comerciais de bens na América Latina



Fonte: (CEPAL, 2017)⁵²

Ambas as figuras acima demonstram o crescimento econômico a partir da década de 1990, fase de mudança do pensamento cepalino, com a estratégia da transformação produtiva com equidade e buscando a inserção de estratégias regionais para a globalização.

⁵¹ Informações disponíveis em: <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>>. Acesso em: 05 out. 2017.

⁵² Informações disponíveis em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Regional_Economico.html?idioma=spanish>. Acesso em: 05 out. 2017.

Pode-se observar na figura 3, que a partir do ano de 1990 há uma crescente evolução no PIB dos países da América Latina. A figura 4 mostra que antes da década de 1980 o comércio estava fluindo bem, com viés para a política de exportação, porém começou a decair junto com a queda do preço das matérias primas e agrícolas e com o endividamento externo, tendo que pagar altas taxas de juros para os governos e bancos dos países desenvolvidos.

Abaixo, na figura 5, observa-se um constante aumento no crescimento a partir de 1994, mas a dívida externa também aumentou porque grande parte do dinheiro emprestado era para o investimento da infraestrutura e melhorias na indústria, como na construção de usinas hidrelétricas, siderúrgicas, rodovias, estrada de ferro, edifícios públicos e etc.

Figura 5: Evolução da dívida externa de alguns países latino-americanos entre 1970 e 2005 (em milhões de dólares):

PAÍSES / ANOS	1970	1980	2001	2004	2005
Brasil	5.128	71.012	229.100*	222.026	169.450
México	5.966	57.378	158.290*	138.689	127.089
Argentina	5.171	27.157	136.709	169.247	113.518
Chile	2.568	12.081	38.360	44.058	45.014
Venezuela	964	29.345	34.660	35.570	47.233
Colômbia	1.580	6.941	36.699	37.732	38.350
Peru	2.655	9.386	27.512	31.296	28.605
Equador	242	5.997	13.910	16.868	17.237

Fonte: (SANTOS, 2011)⁵³

Diante dessas informações, nota-se a relação desigual entre os países periféricos e os países desenvolvidos, e não faltaram tentativas em busca da integração da América Latina. Na década de 1990 foi impulsionada a criação de blocos regionais devido à importância de haver uma aproximação setorial que facilitaria o comércio e impulsionaria a economia de ambos os países do bloco.

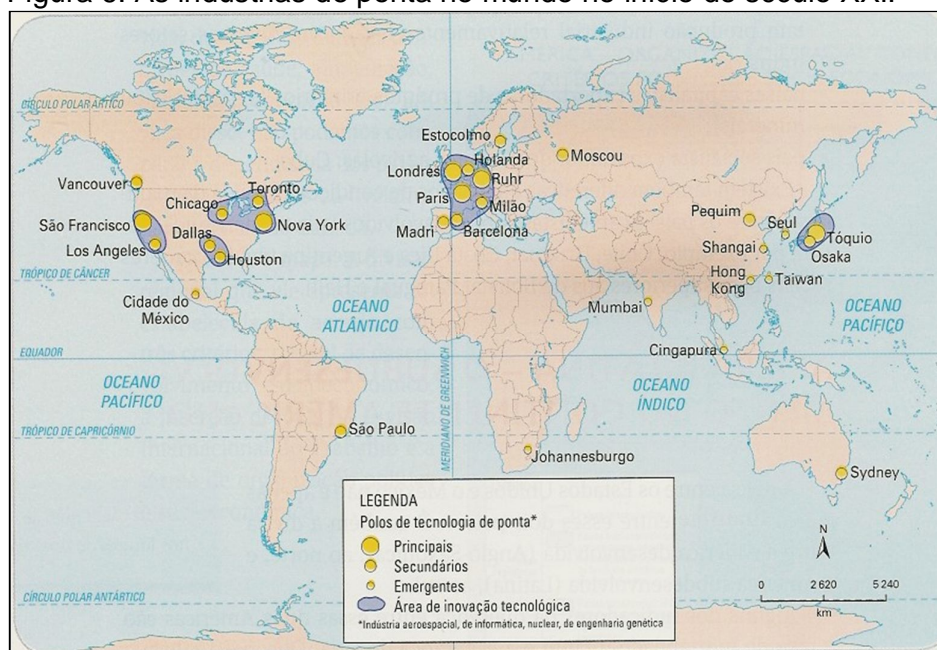
A esse respeito, de acordo com Tavares:

⁵³ SANTOS, Roberto Elias dos. **América colonização**. [s.l.]: [s.n.], 2011. 45 diapositivos. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/JoaoVitorBoing/america-colonizaaao>>. Acesso em: 12 set. 2017.

Blocos econômicos não se confundem com unidades isoladas, mas, ao contrário, se revelam interdependentes e interagem mantendo relações comerciais com outros, como no acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.⁵⁴

Ou seja, é um importante passo para o desenvolvimento dos países do bloco, bem como fortalecimento e aumento de poder de barganha, pois um país subdesenvolvido sozinho não é capaz de competir com os países e indústrias de ponta, como se observa na imagem abaixo.

Figura 6: As indústrias de ponta no mundo no início do século XXI:



Fonte: (PIMENTAL, 2011)⁵⁵

O mapa revela uma forte concentração das indústrias de ponta nos países desenvolvidos. Os produtos produzidos por essas grandes indústrias são de valor muito alto e ao realizar exportações, geram lucros elevados para seus países. Pode-se observar que na América Latina, a única indústria de ponta se encontra no Brasil, na grande cidade de São Paulo, mas ainda é um polo secundário. Os países

⁵⁴ TAVARES, Ant3nio Augusto Gonalves. **Regionalismo e integra3o, reflex3es sobre o processo evolutivo do Mercosul e sua inspira3o no modelo da Uni3o Europeia**. RIBD, 2012, n.2, pp. 1099 a 1125, p. 1102. Dispon3vel em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2012/02/2012_02_1099_1125.pdf> Acesso em: 29 de julho de 2017.

⁵⁵ Informa3es dispon3veis em: <<http://slideplayer.com.br/slide/44239/>>. Acesso em 07 out. 2017.

subdesenvolvidos caracterizam-se pela dependência tecnológica, cultural e financeira em relação aos países do centro capitalista.

Praticamente todos os países latino-americanos já nasceram endividados e quando se tornaram independentes politicamente, já possuíam dívidas com outros países. Faltando-lhes recursos para promover o próprio desenvolvimento, por isso que é necessária a integração regional, que será abordado com mais ênfase ao decorrer deste trabalho.

Em sequência ao objetivo deste trabalho, far-se-á adiante uma análise da economia brasileira deis da colônia até a contemporaneidade para a melhor compreensão histórica da dependência econômica, chegando a casos de tentativas de superação do subdesenvolvimento econômico e integração regional na América Latina.

3 A ECONOMIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DA COLÔNIA À REPÚBLICA

Tendo em vista diversas fases da economia brasileira, ela pode ser identificada por várias crises, mas também por momentos de bonança. Assim, o presente trabalho irá percorrer brevemente pelo período colonial, imperial, primeira república, democracia populista, regime militar e contemporaneidade, pois para compreender a realidade brasileira se faz necessário analisar o contexto geral, ou seja, cada momento histórico, para, dessa forma, demonstrar o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, que são os objetivos desta etapa do trabalho.

3.1 PERÍODO COLONIAL (1500 – 1822)

O Brasil surge na história do Ocidente, através da expansão do capitalismo mercantil europeu, sendo oficialmente colonizado pelo governo português. Atribui-se aos portugueses a característica de exploradores, pois não se esforçavam para que o Brasil se tornasse uma nação independente.⁵⁶

A Europa capitalista industrial necessitava de metais preciosos e agrícolas tropicais que não era possível produzir, além de matéria-prima e de mercados para suas manufaturas, com isso o Brasil era enxergado como uma empresa extrativa, com sistema mercantilista, sendo utilizado para abastecer os grandes centros da Europa.

A primeira atividade econômica do Brasil foi a exploração do pau-brasil, mas outras atividades como o plantio de algodão, cana de açúcar, tabaco e mineração foram posteriormente realizadas, sendo estas direcionadas à exportação, e se constituindo como base da renda da Colônia e essencial para a expansão do território brasileiro.

O Brasil existia como colônia para atender interesses externos e não para o atendimento das necessidades básicas da sociedade local, como se observa no trecho abaixo:

O que interessa não é o Brasil em si, mas o que ele pode oferecer, o que dele é possível tirar em proveito de Portugal. Por isso, a política e todo o aparelho institucional e administrativo do Império Português, aqui, têm o

⁵⁶ BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1984, p. 20.

objetivo de manter esta situação de dependência, para que a Colônia continue indefinidamente como produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas e importadora de produtos acabados.⁵⁷

A situação de dependência do Brasil se modifica com o decorrer do tempo, porém a situação colonial não termina com a emancipação política, sendo ela iniciada no início do século XIX, em 1822, quando a Europa ingressa na Revolução Industrial. Nesse período o Brasil continua sendo dependente, uma vez que os países centrais utilizavam dos países da América Latina como meio para possuir riquezas.

A sociedade brasileira era formada em sua grande maioria por senhores e escravos. Sem a independência econômica e com a dominação de Portugal, o povo brasileiro já estava conformado com o conceito de inferioridade denominado a eles, pois a situação geográfica e o clima quente eram fatores desfavoráveis para obter uma civilização desenvolvida. Ficariam, então, condenados a serem importadores de produtos industrializados e desempenhar função complementar as economias desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, havia forte preconceito alimentado pelos próprios brasileiros, como ao negro, ao índio, da incapacidade hereditária dos mestiços, da incapacidade para a poupança, da incapacidade de desenvolvimento e entre várias outras coisas. Dessa forma, o Brasil se acostumou a “valorizar e admirar o alheio, o que é estrangeiro, e menosprezar o que é nosso, chegando a ter vergonha de nós mesmos”.⁵⁸

O tempo de duração do processo de colonização foi longo; por mais de quatro séculos os preconceitos colonialistas atingiram a sociedade brasileira, fazendo com que a mentalidade dos povos fosse contrária à ideia de nacionalidade, e isso afetou negativamente o desenvolvimento do Brasil e para população que em razão disso, vivia sobre situações precárias.

Somente na década de 1920, aproximadamente cem anos após a emancipação política, inicia-se o processo de ruptura com o passado colonial, busca-se, portanto, a independência política, econômica e social para que o povo possa ter melhores condições de vida.⁵⁹

⁵⁷ BRUM, Op. Cit., p. 21.

⁵⁸ Ibid., p. 24.

⁵⁹ Ibid., p. 31.

3.2 PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889)

A independência do Brasil foi proclamada em 1822 e durou até 1899 quando foi instaurada a república. Estabeleceram a Carta de 1824 que foi a primeira Constituição do país, cujas leis vigoraram durante todo o Brasil Império. A esse respeito,

O documento estabeleceu, entre outros pontos, a Monarquia Constitucional, com governo centralizado; sistema representativo com Senado e Câmara dos Deputados; quatro poderes políticos harmônicos – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador -, este último exercido pelo Imperador. O direito de votar e de se eleger estava vinculado à posição social e patrimônio financeiro, o que excluía a maior parte da população.⁶⁰

No início do período imperial, o Brasil estava enfrentando uma grande crise econômica, pois a exploração da cana de açúcar, algodão e tabaco entraram em decadência, além de que os gastos com a importação de manufaturas e produtos industrializados eram maiores do que os ganhos com a exportação de produtos agrícolas, e nesse momento a influência é exercida pelo café. De fato, no período colonial, “a vida brasileira fora marcada decisivamente pelos grandes ciclos econômicos do açúcar e do ouro, no Império e na Primeira República, isto é, no período que vai da Independência até 1930, a influência é exercida pelo café”.⁶¹

Houve vários fatores negativos que acirraram a insatisfação com o imperialismo, como o desequilíbrio financeiro advindo da guerra do Paraguai (1864-1870), a sucessão do trono por pessoas incapazes e o desejo de mais liberdade e poder de decisão, além de que o império perdeu o apoio das elites agrárias com o fim da escravatura, em que os escravos não temiam mais não apoiá-los.

Todos os fatores mencionados acima colaboraram com o fim do Império. No dia 15 de novembro de 1889, tropas saíram às ruas sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca derrubando o ministério de Ouro Preto, Dom Pedro II tentou formar um novo ministério, porém não houve sucesso. Foi constituído um governo provisório, comandado pelo marechal Fonseca e Dom Pedro, partiu com a família para a Europa, decidindo não contestar os acontecimentos.

⁶⁰ BRASIL. Governo do Brasil. Saiba mais sobre o Brasil Império. Brasil.gov.br. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>>. Acesso em: 22 out. 2017.

⁶¹ BRUM, Op. Cit., p. 35.

3.3 PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Como já foi mencionado, no dia 15 de novembro de 1889, ocorreu a proclamação da república, e a primeira exigência foi a saída da família real do Brasil, sendo tudo dirigido pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca e o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto.

A Primeira República foi caracterizada pela política dos coronéis e era sob o regime das forças que comandavam a direção do governo e foi também caracterizada como República do Café com Leite, porque os governos eleitos se revezavam entre São Paulo, que é o principal produtor de café e Minas Gerais, o principal produtor de leite.⁶²

Em termos de reforma monetária o governo provisório concedeu a emissão de vários bancos regionais, o que provocou em todo país uma grande expansão de crédito. A brusca expansão da renda monetária acarretou enorme pressão sobre a balança de pagamentos. Dessa forma,

A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório, criou forte pressão sobre as classes assalariadas, particularmente nas zonas urbanas. Essa pressão não é alheia à intranquilidade social e política que se observa nessa época, caracterizada por levantes militares e intentos revolucionários, dos quais o país se havia desabitado no correr do meio século anterior.⁶³

A primeira Constituição, criada em 1891 deu muita força aos Estados, o que levou a política da época a ser chamada de “Política dos Governadores”. O “pacto oligárquico”⁶⁴ foi imposto, pois grupos oligárquicos dominavam o poder político e econômico, sendo um dos períodos econômicos mais difíceis da República, porque era um período de transformações rápidas, como a instalação do trabalho assalariado na agricultura, a tentativa de inserir o país na economia mundial

⁶² BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; CHADAREVIA, Pedro Caldas. **Economia brasileira**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: Brasília, 2010, p. 20. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/03-economia%20brasileira/Livro%20economia%20brasileira.pdf>. Acesso em: 24 out, 2017.

⁶³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. – 32. ed. — São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 173.

⁶⁴ Sistema político que visa ao controle do poder pela centralização.

novamente e a readaptação a nova forma de condução de política, pois transitou do império a república.⁶⁵

Um momento importante também foi o primeiro surto industrial ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX, se estendendo a São Paulo no período da Primeira República. A primeira guerra mundial teve um grande impacto sobre a condução da economia brasileira no comércio exterior e na economia nacional. Até o início dela, fora insignificante a participação da indústria na economia do país, pode-se ver que no final do Império, “o Brasil possuía cerca de 600 estabelecimentos industriais e o primeiro recenseamento industrial, em 1907, registrava a existência de apenas 3.258 indústrias”.⁶⁶

A partir de 1898 a política de Murinho reflete um novo equilíbrio de forças, pois “a produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões.”⁶⁷ O produto que apresentava maior vantagem relativa no país era o café. Para Furtado (2003), enquanto o preço não baixasse a ponto de que aquela vantagem desaparecesse, os capitais formados no país continuariam utilizando a cultura do mesmo. Assim, era praticamente inevitável que a tendência da oferta de café aumentasse, além da disponibilidade de mão de obra.

Houve um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura em relação a economia do café. A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador era “evitar, retirando do mercado parte da produção que a oferta se elevasse acima daquele nível que exigia a procura para manter um consumo per capita mais ou menos estável em curto prazo”.⁶⁸

Assim, o mercado do café sofreu crises em razão de fatores externos, com isso em 1906 foi firmado o Convênio de Taubaté com o objetivo de intervir no mercado cafeeiro para que a economia do café pudesse desfrutar de algumas garantias. O governo decidiu comprar o excedente produzido. Como forma de manter o preço, foi proibida a ampliação das plantações de café e foi facilitado os empréstimos externos para a compra do excedente produzido.⁶⁹

⁶⁵ BORGES, CHADAREVIA. Op. Cit. p. 20.

⁶⁶ BRUM, Op. Cit., p. 50.

⁶⁷ FURTADO, 2003, Op. Cit., p. 174.

⁶⁸ Ibid., p. 179.

⁶⁹ BORGES, CHADAREVIA. Op. Cit., p. 22.

Após a grande expansão dos anos vinte, não havia nenhuma saída para armazenar os estoques do café, pois a capacidade produtiva continuava a aumentar. A situação estava totalmente fora do controle. A grande acumulação de 1929 e as precárias formas de financiamento das safras para o futuro aceleraram a queda brusca do preço internacional do café.

A superprodução foi vivenciada ao mesmo tempo em que a bolsa de Nova York despencava, fazendo com que muitas empresas fechassem em todo o mundo. “A maneira encontrada para não desestabilizar o mercado cafeeiro foi a queima dos excedentes de cafés, um recurso que já vinha sendo utilizado desde princípios do século.”⁷⁰

Assim caminhou a Primeira República no Brasil, marcada pelos impactos da Primeira Guerra Mundial, fortes oscilações no preço do café, a crise de 1929 que abalou o mundo e a condução da economia a partir de 1930, transitando então para a democracia populista do governo de Getúlio Vargas.

3.4 DEMOCRACIA POPULISTA (1930-1964), REGIME MILITAR (1964-1984), REDEMOCRATIZAÇÃO E O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO (a partir de 1985).

A fase de 1930 a 1964 foi caracterizada pela era do populismo, uma referência até hoje na condução da administração pública. Inaugura-se nessa fase uma nova visão de economia, transitando da agricultura para outras atividades econômicas, como por exemplo, a indústria, que foi o foco principal da economia. Essa época foi marcada por revolução econômica como veremos mais adiante.

Se na Primeira República os estados tinham força, a partir de 1930, com Getúlio Vargas, o governo brasileiro se fortalece, centralizando as decisões e retirando o poder das regiões. Isso facilitou a condução das políticas econômicas no período. A partir de 1937, Getúlio instaurou o Estado Novo, em que “surgiu a figura dos decretos-leis, o judiciário perdeu forças, o autoritarismo e a repressão dominaram o quadro da época, foram nomeados interventores para governarem os Estados.”⁷¹

⁷⁰ BORGES; CHADAREVIA. Op. Cit., p. 22

⁷¹ Ibid., p. 24.

O desenvolvimento da indústria a partir de 1930 foi causado pela Grande Depressão, todos perceberam que não havia outra saída para o país, então a ideologia do nacionalismo ganha força, a base para o desenvolvimento autônomo é o setor industrial. A Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 possibilitam mais condições para o processo de industrialização no Brasil.⁷²

O ponto prioritário do governo de Vargas foi o processo de industrialização, mesmo contra argumentos que acreditavam ainda na prioridade agrícola do país. O presidente compareceu à quinta conferência da CEPAL, que foi realizada no Brasil em 1953, isso demonstrou a importância dada às atividades desempenhadas pela comissão, fazendo elogios aos estudos que possibilitavam a criação de uma teoria do desenvolvimento econômico e a intensificação do comércio intra-regional, que colaboravam para a formulação da política econômica de seu governo.⁷³

A industrialização deveria ser empreendida através de investimentos públicos e privados em infraestrutura e através do processo de substituição das importações difundido por Prebisch e Furtado, organizado em três fases: a produção de bens de consumo imediato; a produção de consumo duráveis; e a produção de bens de capital e de insumos básicos.

Primeiro, buscou-se produzir para atender as necessidades mais imediatas dos consumidores, período em que começam a abrir pequenas fábricas e indústrias de médio porte em todo o país. A segunda fase, a partir de 1950, se caracteriza pela implementação da indústria automobilística, seguindo da indústria eletrodoméstica e eletroeletrônica, exigindo capital alto, tecnologia avançada e mão de obra especializada, se utilizando, portanto, da ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que foi criado em 1952. Entretanto,

Diante da crise econômica, do desequilíbrio do balanço de pagamento e endividamento externo, o governo brasileiro a partir de 1974, fazendo realinhamento no modelo econômico, passará a dar mais destaque à política de produção de bens de capital e de insumos básicos, já que é na importação de máquinas, ferramentas e equipamentos que se situa o maior dispêndio de divisas do país, só superado, agora, pelo petróleo.⁷⁴

⁷² BRUM, Op. Cit., p. 52

⁷³ GONÇALVES, Op. Cit., p. 67-68.

⁷⁴ BRUM, Op. Cit., p. 56

O Brasil, portanto, tenta ingressar na terceira fase do processo de substituições de importações, que é a produção de bens de capital e de insumos básicos, tendo em conta a situação de estagnação que o Brasil começava a enfrentar na década de 1960. Foi observado que o maior problema encontrado sobre o processo de substituição de importações na industrialização brasileira e na da América Latina centrou-se na redução do coeficiente de importação, ou seja, na relação entre o valor das importações e o produto interno.⁷⁵

As vitórias mais aparentes no período de Vargas através do nacionalismo brasileiro são representadas pelo advento da Siderurgia, com a usina de Volta Redonda, e do monopólio estatal do petróleo, com a criação da Petrobrás em 1953. A questão principal de seu governo foi o desenvolvimento do território através da política externa, buscando autonomia e apoio aos Estados Unidos.

Esse cenário, entretanto, se mostrou muito controverso, pois,

Em 1954, em uma tentativa de golpe ao seu governo, Getúlio Vargas se suicidou. Foi substituído em um primeiro momento por João Café Filho (vice-presidente), logo em seguida por Carlos Coimbra da Luz (presidente da Câmara dos Deputados) e, finalmente, para terminar o mandato, Nereu de Oliveira Ramos (vice-presidente do Senado Federal). Todos os três ficaram por pouco tempo no poder. Nesse interregno até a posse do presidente Juscelino Kubitschek, combateu-se a inflação, por meio de uma política econômica severa, formulada pelo economista Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda.⁷⁶

Após a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, cujo mandato durou até 1961, uma série de medidas foram tomadas para combater os desequilíbrios externos, porém uma crítica feita a ele foi que a política de ciência e de tecnologia nacional não foi tratada com tanta importância.

Um fator importante é o aprofundamento da política de industrialização, e JK lançou então, em 1956 o Plano de Metas, uma medida para tentar recuperar o atraso histórico e modernizar o país, se assemelhava inclusive com o modelo de planejamento econômico de Celso Furtado, com vista ao planejamento global das atividades econômicas. JK construiu Brasília, sendo a nova capital do Brasil. Mesmo com todos os pontos positivos do governo, os desequilíbrios regionais não foram

⁷⁵ BORGES; CHADAREVIA, Op. Cit, p. 25.

⁷⁶ Ibid., p. 26.

diminuídos, além do endividamento, falta de captação de recursos, tendo isso como um enfraquecimento.⁷⁷

Juscelino incentivava o investimento estrangeiro no país, concedendo vantagens, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, o que facilitava a criação de oligopólios e monopólios, além de permitir que elas importassem do exterior ou de suas matrizes máquinas e equipamentos obsoletos, tudo sem cobertura cambial ou restrição, sendo que era negado o mesmo procedimento as empresas brasileiras. De fato, “Kubitschek distanciava-se do que os teóricos da CEPAL propunham, uma vez que defendiam participação limitada do capital estrangeiro no processo de industrialização”.⁷⁸ Com isso, a pressa do governo JK em recuperar o atraso do país, fez com que fosse estimulada a desnacionalização da economia do país e o desenvolvimento é sustentando em grande parte às custas da inflação.

Em 1961, a nação se encontra em uma crise global, pois a inflação e os problemas fiscais herdados no governo JK precisariam ser organizados, e assim, o modelo desenvolvimentista beneficiava somente as regiões e classes de maior renda. Com a entrada de Jânio Quadros na presidência da República em 1961, houve um recrudescimento da política industrial, e “no curto espaço de tempo que permaneceu como presidente, Jânio Quadros procurou uma aproximação com a ex-União Soviética e mostrou-se favorável à descolonização da África.”⁷⁹

Com efeito, Jânio “para obter o apoio norte-americano a partir de sua política interna, aboliu as taxas de câmbio preferenciais e o subsídio às importações de petróleo, trigo, papel, fertilizantes e máquinas”.⁸⁰ O resultado foi o déficit de caixa do tesouro nacional, levando o país a uma grande crise e revolta popular.

Jânio lançou a política externa independente (PEI) com o objetivo de aumentar a participação brasileira nas questões internacionais e utilizar as relações com outros países como um instrumento real de desenvolvimento econômico. Em seguida, ele buscou a implementação de um modelo econômico liberal, porém não obteve apoio e renunciou ao cargo em setembro do mesmo ano.⁸¹

⁷⁷ BORGES, CHADAREVIA. Op. Cit., p. 28.

⁷⁸ GONÇALVES, Op. Cit., p. 61.

⁷⁹ BORGES, CHADAREVIA, Op. Cit., p. 28.

⁸⁰ LIGIERO, Op. Cit., p.34.

⁸¹ Ibid., p. 78.

Assumiu a presidência o vice-presidente João Goulart, em que continuou com o processo da PEI em seu governo. Teve uma série de conflitos em seu mandato, uma vez que “a política econômica exposta no Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, centrou-se na resolução das questões mais imediatas, como a inflação, e deixou a industrialização para o segundo plano.”⁸² Faltava experiência no governo de Goulart e o país clamava por reformas de base, colocando pressão sobre ele. Nesse cenário, em 31 de março de 1964, Goulart foi deposto pelos militares, afastando a influência das forças populares reformistas e impondo de uma forma autoritária a solução para a crise política.⁸³

A partir de agora a economia brasileira será analisada no âmbito do período militar, em que o processo de concentração de rendas e abertura externa da economia se destaca nesse período, e posteriormente, será abordada a transição para a era democrática, que obteve vários benefícios para a população do Brasil.

O período inicial, em 1964, foi marcado pela estagnação das atividades econômicas e a preparação para a inserção da economia brasileira na economia mundial. O governo Castello Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg, cujos objetivos eram o de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, reduzir os problemas inflacionários e aumentar o investimento para colaborar para o aumento de empregos no país, isso deveria ser feito por reformas institucionais.⁸⁴

A reforma do setor externo objetivava estimular o comércio internacional por via de isenções fiscais e incentivos tributários. A principal medida foi a unificação do sistema cambial, o que ajudava a eliminar as incertezas da condução da política cambial e buscou uma aproximação com o governo norte-americano para que o progresso econômico fosse mais fácil de se atingir.

A retomada de crescimento na economia brasileira só ocorre a partir de 1968, nos governos Costa e Silva e Médici, período batizado de “milagre econômico”, em que ocorrem as maiores taxas de crescimento dos produtos brasileiros, acompanhada pela estabilidade de preços.⁸⁵

Um fator importante para a superação das taxas históricas foi o crescimento da economia mundial. Porém, a concentração de renda pode ser considerada como

⁸² BORGES, CHADAREVIA, Op. Cit., p. 29.

⁸³ BRUM, Op. Cit., p. 94.

⁸⁴ GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO-JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 375-376.

⁸⁵ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op. Cit., p. 384.

a principal crítica ao Milagre, fazendo com que ela chegasse ao fim por causa da piora nos cenários, tanto interno como externo agravando questões sociais e de bem-estar da população. Desse modo, “a estrutura produtiva desequilibrou-se; no cenário externo, a subida dos preços do petróleo, as pressões inflacionárias e a instabilidade cambial exigiram novos ajustes econômicos”.⁸⁶

Os problemas ocasionados foram em grande parte por causa da forte dependência em relação ao capital internacional. A política voltada para a exportação de bens primários e a importação de bens industrializados, mostra que desde 1870 o principal mercado para as exportações brasileiras foram os Estados Unidos, porém ficavam para trás no que tange às importações.⁸⁷

Em razão das dificuldades enfrentadas em 1974, foi formulado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) pelo governo para tentar amenizar os efeitos negativos imposto no país e também de superar o próprio subdesenvolvimento. Os investimentos eram direcionados aos bens de capital e bens intermediários. O financiamento foi feito em grande parte com empréstimos externos, o que foi desequilibrado por decorrência dos déficits.

Criou-se um programa nacional dentro do II PND chamado Proálcool, com a finalidade de que a gasolina fosse substituída pelo etanol, além do projeto de Itaipu e da Ferrovia de Aço e outros vários inúmeros projetos voltados ao desenvolvimento do país, porém com a expansão da crise mundial, o plano sofreu uma desaceleração, sendo seus resultados aparentes somente em 1983 e 1984.⁸⁸

O contexto econômico vigente no governo militar, as dificuldades que vieram em razão do cenário internacional no final dos anos 1970, e a grande recessão dos anos 1980 em decorrência da diminuição dos investimentos, fez com que a década de 1980 ficasse conhecida como a “década perdida”, pois a produção estagnou, a inflação fugiu do controle, os juros internacionais aumentaram e o crédito diminuiu, fazendo com que a dívida externa aumentasse, o que ficou marcado pelo fim de um modelo de desenvolvimento que precisava sofrer reformulações.⁸⁹

O trecho abaixo aponta alguns resultados do II PND:

No ano de 1983, enquanto o país enfrentava essa terrível recessão, as contas externas atingiram as metas acordadas com o FMI. O superávit

⁸⁶ BORGES; CHADAREVIA, Op. Cit., p. 32

⁸⁷ LIGIERO, Op. Cit., p. 19.

⁸⁸ LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 189.

⁸⁹ BORGES; CHADAREVIA, Op. Cit., p. 31.

comercial chegou a US\$ 6,5 bilhões, devido à redução das importações para 6,8% do PIB. Esses resultados só foram possíveis em razão do início das operações de vários projetos implantados com o II PND, que permitiram o aprofundamento da substituição de importações. Uma pequena queda nos preços do petróleo e a contração da demanda, causada pela recessão, também contribuíram para esses resultados. Mesmo com a retomada do crescimento em 1984, no entanto, as importações não voltariam a crescer: o superávit comercial atingiria US\$ 13 bilhões, e permaneceria nesse patamar por uma década.⁹⁰

Apesar do sucesso do II PND, o problema estaria no ajustamento das contas internas que não se resolveriam apenas com os superávits externos. As obrigações da dívida externa não eram distribuídas corretamente entre os setores da economia. O Brasil possuía 80% de dívida apenas no setor público e a maior parte do superávit se dava no setor privado, abrindo-se a questionamentos sobre a condução da política econômica pelo governo.⁹¹

Foi nesse clima que o movimento das Diretas Já, em 1984, se transformou no maior movimento social vivido pela sociedade brasileira, em que grande parte da população tinha o desemprego como uma ameaça no governo atual, dessa forma, o regime militar terminou a partir do movimento e se iniciou a Nova República.

A economia da Nova República se inicia com economia em crescimento, o balanço de pagamentos em transações correntes equilibrado, sendo o suficiente para pagar os juros sem optar para o financiamento e a inflação elevada, sendo em torno de 200%, com isso, o combate a inflação deveria ser o principal objetivo do governo. Tancredo Neves venceu para presidente e José Sarney para vice-presidente. Próximo da posse, Tancredo Neves adoeceu, vindo a falecer, e José Sarney assumiu a presidência da Nova República.⁹²

O período de transição foi marcado por importantes avanços, como a convocação da Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, sendo estabelecidas as eleições diretas, a legalização dos partidos políticos, o direito a greve, a liberdade sindical, bem como a expansão dos direitos trabalhistas e outras demandas sociais.

Em 28 de fevereiro de 1986 lançou-se o Plano Cruzado, por meio do qual uma nova moeda foi instituída, substituindo o cruzeiro e definindo regras de

⁹⁰ LACERDA, Op. Cit., p. 205.

⁹¹ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op, Cit., p. 411.

⁹² Ibid., p. 417.

conversão de preços e salários, de modo a se evitar os efeitos redistributivos.⁹³ O reajuste de salários foi revisto, colocou-se como medida, toda vez que a inflação atingisse o patamar de 20%, um “gatilho salarial” seria acionado visando corrigir o seu valor. Outra medida foi o congelamento dos preços, apenas com exceção da energia e foi estabelecida também uma taxa de câmbio fixa.⁹⁴

O sucesso do plano ocorreu, por meio da queda da inflação, porém foi só no início. Seu fracasso foi atribuído à duração excessiva de congelamento, em que já estava existindo a imposição de ágio por alguns comerciantes, o descaso referente as contas externas e o crescimento descontrolado da demanda, tendo em alguns casos a escassez de produtos. Foi então adotado o Plano Cruzado II, com novas medidas e tentativas de controlar o déficit público, através de aumento da receita, aumentando as tarifas e impostos indiretos.

Com o fracasso do Plano Cruzado II, em 12 de junho de 1987 surgiu o Plano Bresser, que tinha por objetivos conter a aceleração inflacionária e evitar a superinflação, com a retirada do gatilho e a redução do déficit público. Tratava-se de um plano de emergência e não de longo prazo, e “as medidas propostas no plano Bresser foram o congelamento dos preços e dos salários por três meses, a desvalorização cambial e a utilização da tablita nos contratos prefixados.”⁹⁵ O Plano foi bem sucedido na recuperação da balança comercial e queda da inflação, porém houve uma grande queda na produção industrial e o déficit público aumentou, começou então uma etapa de discussões em torno da necessidade de reduzir o peso do setor público na economia, o que levou ao término do plano.⁹⁶

Sucessivamente, com as decorrências do fracasso do Plano Cruzado e do Plano Bresser, foi lançado o Plano Verão em 1988, que mudou a unidade monetária de cruzado para cruzado novo, adotando também o congelamento dos empréstimos ao setor público, a contenção salarial e a redução no prazo de recolhimento dos impostos.

O salário sofreu desvalorizações, a inflação acelerou sofrendo a hiperinflação, que foi seguido do descontrole das contas públicas e a elevação das taxas de juros. O Plano Verão foi de curta duração e não realizou nenhum ajuste fiscal, portanto

⁹³ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op, Cit., p. 422.

⁹⁴ BORGES; CHEDAREVIA, Op. Cit., p. 33-34.

⁹⁵ Ibid., p. 34.

⁹⁶ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op, Cit., p. 433.

“verificava-se a ausência de qualquer mecanismo de política econômica, pois tanto a política fiscal como a monetária tornaram-se prisioneiras da rolagem da dívida interna.”⁹⁷

Nos anos 1990, com a entrada do presidente Fernando Collor de Mello pode-se perceber ainda mais o descontrole inflacionário e a necessidade um reajuste na economia, tendo o governo de Collor a preocupação de combate à inflação, sendo proposta uma reforma monetária, administrativa e fiscal. Foi adotado o Plano Collor II em 1991 devido a grande aceleração da inflação no país, porém os efeitos negativos do plano anterior e as denúncias de corrupção fizeram com que ocorresse o impeachment de Collor em outubro de 1992.

Mesmo com uma política marcada por crise política e instabilidade econômica devido ao impeachment, o programa de privatizações tomou força, ocorrendo o processo de abertura comercial com a mudança de estratégia de comércio exterior, permitindo a liberalização das importações. Assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que demorava em dar um rumo a política econômica, dando por desculpa ser um presidente interino.⁹⁸

O Plano Real foi implementado no país no período de Itamar Franco sob a gestão do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os objetivos do Plano Real era buscar a estabilização econômica através da ampliação da receita tributária, a diminuição da dívida dos Estados e dos municípios, fazendo com que a participação na economia fosse mínima para estimular à privatização e obter um controle maior sobre os bancos estaduais.⁹⁹

A melhora nas contas públicas e o aumento do índice da economia, como o aumento do PIB, fez com que a inflação ganhasse um caráter resistente, mostrando que o Plano Real obteve êxito, garantindo a estabilização da economia. FHC ganhou a popularidade do povo brasileiro, culminado para a vitória na eleição para Presidente da República, seu governo centrou-se na valorização cambial, que acabou gerando um profundo desequilíbrio externo.

Foi reeleito em 1998, apesar da melhora do ajuste fiscal e setor externo, seu governo foi terminado com um quadro de instabilidade, como pressões cambiais,

⁹⁷ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op, Cit., p. 435.

⁹⁸ BORGES; CHEDAREVIA, Op. Cit., p. 35.

⁹⁹ Ibid., p. 36.

aceleração inflacionária e a dívida pública notoriamente alta, deixando desafios para o próximo governo.

Depois de FHC, foi eleito o presidente Luíz Inácio Lula da Silva em 2002, que manteve o Plano Real, porém trazendo de volta a importância do Estado para a economia, pois havia sido colocada em segunda instância nos governos anteriores e é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da economia. Lula é considerado um político que visava diminuir as desigualdades sociais existentes no país, assim ele estabeleceu uma série de políticas que levava a inclusão das classes baixas, com os Programas Bolsa-Escola e Bolsa-Família, que tiveram um efeito multiplicador extraordinário na economia do País, melhorando a distribuição de renda e redução da pobreza.

A economia então conseguiu retomar o crescimento através de medidas como a ampliação do ajuste fiscal e elevação do superávit primário, adquirindo credibilidade externa, em 2003 houve uma queda significativa nas importações, o que fortalecia o mercado interno, como demonstra na análise do trecho abaixo:

Esse crescimento está relacionado ao forte crescimento da economia mundial e seu impacto sobre os preços das commodities e ao fraco crescimento da economia brasileira também nesse período. Os elevados superávits comerciais ampliavam o superávit em transações correntes e levavam a redução do passivo externo do país; assim, analisando-se os principais indicadores sobre a situação externa do país – transações correntes/PIB, Dívida externa/Exportações e Reservas Internacionais –, percebe-se uma melhora significativa entre todos eles, colaborando para a redução do risco-país e a valorização cambial.¹⁰⁰

Dessa forma, o país priorizou a elevação do superávit primário, mas o crescimento só ocorreu devido ao crescimento da economia mundial. A situação fiscal também melhorou se comparada ao governo anterior, em que a melhora da dívida pública foi significativa. A valorização cambial foi a principal responsável pela estabilização da economia, que foi consolidado no primeiro mandato de Lula.

No segundo mandato Lula foca na retomada do crescimento de forma sustentável, tanto que a crise vivida a partir de 2008 não surtiu os efeitos que em um outro período poderia causar. O país enfrentou as dificuldades e os desafios de forma firme e controlada, dando provas de que conseguiu reservas capazes de auxiliar o País diante dos obstáculos inesperados. Entretanto, as acusações de

¹⁰⁰ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op. Cit., p. 495.

corrupção fizeram com que o Brasil ficasse com uma imagem negativa perante os investidores e a população brasileira.¹⁰¹

Após os dois mandatos do governo de Lula, no ano de 2010 Dilma Rousseff foi eleita partido dos trabalhadores (PT), o mesmo do ex-presidente, sendo a primeira mulher presidente no Brasil, assumindo o cargo. No início do seu mandato a presidente teve que lidar com questões conturbadas deixadas por Lula. Continuou a princípio, governando sob a visão do mesmo trabalho feito por Lula.¹⁰²

As ações externas sofreram uma mudança significativa, pois no governo de Lula havia maior preocupação em manter relações internacionais estreitas e aumentar as exportações. Já no governo de Dilma o protagonismo da política externa e a representatividade brasileira foram diminuídas, pois foi instruída mais atenção as questões internas pelos fatores da crise econômica em que o Brasil vivia, mesmo assim, priorizou a integração regional na América Latina.

Dilma foi reeleita em 2014, após um período eleitoral alvoroçado e segundo mandato se inicia já por um mercado descrédito ao seu governo e em meio a uma grave crise econômica. No 2º governo de Dilma, membros do PT e outros partidos também foram acusados de envolvimento em corrupção e desvio de dinheiro da estatal Petrobrás, o que levou a um descontentamento com o governo.

Houve várias manifestações, sobretudo com pedidos para a saída da Presidente, porém muitos acreditavam que teriam novas eleições ou que Aécio Neves¹⁰³ assumiria a presidência. Entretanto, “63% dos brasileiros defendiam o processo de impeachment contra a petista, sendo que apenas 37% destes sabiam que o cargo seria assumido pelo vice-presidente”.¹⁰⁴

Dilma sofreu o impeachment, após a votação do Senado Federal, com 55 votos a favor e 22 contra, sendo que era preciso 40 votos contra a presidente para dar seguimento ao processo. Ela foi então substituída pelo vice-presidente Michel Temer, que assumiu o cargo interinamente no dia 12 de maio de 2016. O impeachment está previsto sim na constituição, mas, “no caso em questão, ele deve ser considerado um golpe, pois causas que poderiam levar a ele foram forjadas sem

¹⁰¹ BORGES; CHEDAREVIA, Op. Cit., p. 36.

¹⁰² POZOBON, Rejane de Oliveira; PRATES, Andressa Costa. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 17, n. 42, p. 04-22, abr. 2016.

¹⁰³ Candidato do PSDB a presidência em 2014.

¹⁰⁴ POZOBON; PRATES, Op. Cit., p. 7.

prova material e cabal”¹⁰⁵. Com isso o governo comandado pelo Michel Temer é ilegítimo.

A política externa de seu governo prioriza relações com países desenvolvidos, como Estados Unidos, Europa e Japão, com a visão menos ligada ao Sul Global, com isso o Brasil volta ao liberalismo condicionado, tendo isso como o precursor da política externa brasileira (PEB), deixando se tomar pela dependência associada de Fernando Henrique Cardoso, vertente analisada no início deste trabalho.¹⁰⁶

O Brasil enfrenta uma grande crise econômica e política e atualmente está passando por diversos fatos conturbados, em que o presidente e vários deputados são acusados de corrupção, deixando uma visão ruim do Brasil no cenário internacional. Existe um jogo de interesses no Legislativo, Executivo e Judiciário e quem sai perdendo neste jogo é a população, sendo esta desvalorizada, o preço da gasolina, gás, conta de luz, alimentos e a taxa de juros aumenta cada vez mais, o salário mínimo talvez seja reduzido em R\$ 14,00 em 2018, sendo a primeira decadência deis de 2003, querem colocar a economia do Brasil em ordem à custa da classe baixa e média.¹⁰⁷

Mesmo com uma situação econômica e política fragilizada, o Brasil tem potencial para exercer sua liderança na América do Sul, procurando estabelecer relações mútuas e benéficas para alcançar o seu desenvolvimento. Dessa forma, no capítulo seguinte será analisada a integração regional na América Latina.

¹⁰⁵ MANCEDO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc.** [online]. v. 38, n. 141. pp. 1-18, abr. 2017, p. 4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/2017nahead/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

¹⁰⁶ FASOLIN, Guilherme. Temer e o retorno do liberalismo condicionado na política externa brasileira. **Huffpostbrasil.com**, 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/guilherme-fasolin/temer-e-o-retorno-do-libe_b_10336774.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

¹⁰⁷ Informações disponíveis em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/bahia247/325232/Caetano-Temer-aumenta-gasolina-g%C3%A1s-conta-de-luz-e-agora-reduz-o-sal%C3%A1rio-m%C3%ADnimo.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

4 A AMÉRICA LATINA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A pesquisa tratará, neste capítulo, do processo de integração econômica na América Latina com vista ao aprofundamento dos regimes integracionistas, tais como: Alca, Aladi, Pacto Andino e Mercosul.

O início deste trabalho, analisou o regionalismo liberal por meio da teoria clássica e neoclássica do comércio internacional, que se baseavam nas vantagens comparativas. Posteriormente, foi analisado o regionalismo desenvolvimentista baseado nos pressupostos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, que tinham como forma de desenvolvimento o avanço na industrialização dos países latino-americanos pela substituição de importações, porém o empreendimento desta política não poderia ser feita de forma isolada e indiscriminada, pois poderiam comprometer a estrutura econômica interna dos países.

Já a integração econômica regional geraria ganhos relativos à produtividade, pois as reduções de custos referentes ao processo de industrialização substitutiva de importações iriam diminuir, tendo em visto que era preciso altos investimentos em tecnologia e outros fatores. Essa redução permitiria a liberação de divisas para a importação dos bens intermediários e equipamentos necessários à produção e modernização industrial dos países latino-americanos, que em um segundo momento, possibilitaria a exportação de produtos industriais a países desenvolvidos. A partir daí e com o fim da Guerra-Fria, começam a surgir as iniciativas regionais.¹⁰⁸

Com a criação da CEPAL, a integração regional começou a ganhar mais forças com o objetivo de superação do subdesenvolvimento latino-americano. A principal tarefa de Prebisch na metade dos anos 1950 foi a constituição de um mercado comum entre os países da América Latina. Ressalta-se aqui que “o Brasil era o país que mais tinha a ganhar com tal processo, uma vez que podia esperar que tecnologias intensivas em capital fossem instaladas com maior probabilidade no país que em outras nações da região.”¹⁰⁹

Em 1955 foi criada a comissão de comércio da CEPAL, que através de muitos estudos observaram a necessidade de integração comercial regional para intensificar o intercâmbio industrial entre os países latino-americanos. As discussões chegaram a uma proposta simples, a criação de uma zona de livre comércio. Assim,

¹⁰⁸ GONÇALVES, Op. Cit., p. 63-64.

¹⁰⁹ Ibid., p. 65.

em 1960 criou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) através do Tratado de Montevideu, começando a funcionar a partir de 1961.¹¹⁰

O Tratado de Montevideu foi concebido dentro do espírito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), com o objetivo de liberalizar o intercâmbio na área e não formar uma união aduaneira, dessa forma, “constitui muito mais uma resposta a problemas limitados surgidos em torno do comércio dos países meridionais do que propriamente uma abertura no sentido de estruturar em bases novas as relações econômicas entre os países da região.”¹¹¹

O papel da CEPAL declarado no estatuto da ALALC ficou estabelecido como órgão assessor em assuntos de caráter técnico, o que acarretou a frustração, uma vez que o status não daria a garantia sobre a influência que desejaria ter e o contexto de sua criação também não colaborava.

A esse respeito,

A criação da ALALC deu-se num momento em que surgiam outras instituições multilaterais hemisféricas: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com capital inicial de US\$ 1 bilhão e, em breve, o Comitê para Interamericano da Aliança para o Progresso. Logo seria instituída também, a Conferência das Nações sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Todas essas novas entidades deviam muito à atuação da CEPAL nos anos 1950, quando difundiu pela América Latina e pelo mundo um conjunto de estudos que constituíam uma nova matriz teórica econômica.¹¹²

A CEPAL colaborou altamente com os estudos voltados a explicação dos problemas do subdesenvolvimento econômico, dando propostas para a superação econômica na região e inserção no cenário internacional, no entanto, em virtude da existência de novas entidades multilaterais acabou por reduzindo a importância da Comissão no que diz respeito a termos institucionais.

Na década de 1960, a posse do novo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, impactou as ações na América Latina. Já em sua campanha presidencial, afirmava que os EUA e a América Latina deveriam se unir em uma “Aliança para o Progresso”, em que os Estados Unidos se comprometiam a investir US\$ 10 bilhões no desenvolvimento da América Latina por cerca de dez anos, além de outros US\$

¹¹⁰ COUTO, Op. Cit., p. 79.

¹¹¹ FURTADO, 2007, Op. Cit., p. 362.

¹¹² GONÇALVES, Op. Cit., p. 91.

10 bilhões de dólares adicionais de iniciativas privadas e agências internacionais de crédito.¹¹³

O investimento estava interligado ao interesse norte-americano em conter o comunismo por causa da Revolução Cubana de 1959, e em inúmeras ocasiões,

O presidente Kennedy demonstrou consciência de que o sucesso de seu programa para a América Latina dependia do desempenho do Brasil. De fato, um país de dimensões continentais, com abundância de recursos físicos, e que compartilha fronteiras com outras dez nações sul-americanas, precisaria receber atenção por parte dos Estados Unidos, especialmente no contexto de aguçamento das tensões da Guerra Fria no continente após a Revolução Cubana de 1959.¹¹⁴

O Brasil é de fato o maior país na América Latina, sendo privilegiado em relação aos outros países latino-americanos. A Aliança para o Progresso começava a perder força, com o contexto internacional da época e a situação política interna do Brasil, que foi “marcada por eventos como nacionalização de corporações norte-americanas (ITT e AMFORP, em 1962), envenenava as relações com os Estados Unidos”¹¹⁵ e, dessa forma, reduzia a disposição norte-americana em disponibilizar ao Brasil os recursos planejados.

Com o assassinato do Presidente Kennedy, em 1963 e também com a intensificação da Guerra do Vietnã nos anos seguintes, o programa foi posto de lado. A Aliança para o Progresso nunca chegaria a ser uma ferramenta eficaz de financiamento ao desenvolvimento da América Latina.¹¹⁶

Em 1964 foi realizada a primeira reunião da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que resultariam na formação do grupo dos 77¹¹⁷. A UNCTAD foi institucionalizada pela ONU em dezembro do mesmo ano, sendo uma excelente ferramenta para o desenvolvimento da região, comandada de início pela influência de Raúl Prebisch. Para os países latino-

¹¹³ GONÇALVES, Op. Cit., p. 94.

¹¹⁴ LOUREIRO, Felipe Pereira. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Econ. soc.** [online] v. 22, n. 2, p. 547-576, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n2/a09v22n2.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

¹¹⁵ GONÇALVES, Op. Cit., p. 104.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 105.

¹¹⁷ Países subdesenvolvidos.

americanos a UNCTAD transformar-se-ia em um foro privilegiado para a discussão dos problemas periféricos relacionados ao desenvolvimento.¹¹⁸

Os Estados Unidos eram contrários à independência comercial dos países latino-americanos e “prosseguiam em sua política de estabelecer sua hegemonia econômica na América Latina por meio da formação de uma área de livre comércio nas Américas”.¹¹⁹

Adiante, serão abordados com maior ênfase alguns blocos econômicos e a sua relevância para o desenvolvimento da América Latina enquanto objetiva-se a integração regional e econômica.

4.1 PACTO ANDINO

Em 1969, os países do oeste da América do Sul: Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela, Peru e Chile; insatisfeitos com a dificuldade em realizar progressos na Alalc, constituíram o Pacto Andino pelo Tratado de Cartagena, com uma tarifa externa comum, uma política comum sobre capitais estrangeiros e de alocação de investimentos industriais.¹²⁰

O Pacto Andino, porém, passou a progredir lentamente devido à sua falta de recursos e capitais, com cenários de pobreza extensa. Dessa forma, tanto o Pacto Andino quanto a ALALC terminaram por se reduzir a áreas de diminuição de tarifas aduaneiras de exportação e importação.¹²¹ Vários anos após o pacto que criou o Grupo Andino, houve uma conversão para Comunidade Andina (CAN), que “deu prioridade à luta contra a pobreza e aos temas do desenvolvimento integral e sustentável – que na primeira época do Grupo haviam sido um dos grandes objetivos do conceito andino de integração.”¹²²

A CAN tem se desenvolvido grandemente, utilizando-se de políticas para a maior integração de seus países, além de buscar novos caminhos para a sua relação com a América do Sul. Assim,

¹¹⁸ GONÇALVES, Op. Cit., p. 108.

¹¹⁹ CASTRO, Nils. **América Latina e Caribe**: integração emancipadora ou neocolonial. Tradução Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 20.

¹²⁰ Ibid., p. 26.

¹²¹ CHACON, Vamireh. **O MERCOSUL**: A integração econômica na América Latina. São Paulo: Scipione, 1996, p. 31.

¹²² CASTRO, Op. Cit., p. 129.

Em 2005 os países do Mercosul ingressaram como membros associados na CAN e, reciprocamente, os países da CAN entraram no Mercosul com essa mesma categoria. Com isso, buscou-se abrir caminho à integração sul-americana, implementando uma progressiva inter-relação entre ambos os blocos que, somados, abarcavam a maior parte da América do Sul.¹²³

Essa relação demonstra que a integração traz benefícios mútuos, cooperando para que o desenvolvimento da região ocorra de maneira mais eficaz possível. A figura abaixo mostra os membros permanentes e os associados da comunidade andina.

Figura 7: Mapa dos membros da Comunidade Andina:



Fonte: (FURIAN)¹²⁴

4.2 ALADI

A ALADI originou-se em 1980, após o fracasso da ALALC, já que não cumpriu os seus objetivos, pois “no início dos anos 1970, os países membros ainda não haviam chegado a um acordo sobre uma lista de produtos cujas barreiras tarifárias

¹²³ CASTRO, Op. Cit., p. 129.

¹²⁴ Informações disponíveis em: <<https://pt.depositphotos.com/123599958/stock-illustration-andean-community-countries-map.html>>.

devessem ser progressivamente eliminadas.”¹²⁵ Coincidiu também com os anos da crise mundial do petróleo de 1973, e com o gradual esgotamento do modelo de industrialização baseado na substituição das importações.

Em 1980 foi celebrado o segundo Tratado de Montevidéu, a ALADI então foi criada e com os mesmos objetivos de integração regional da ALALC após a negociação de um tratado constitutivo, mas ainda sem cronogramas definidos, mas priorizou o tema econômico e acordos bilaterais ou multilaterais na região. Em 1988 foi firmado um acordo de eliminação de barreiras e a criação de uma tarifa externa comum entre o Brasil e Argentina, com isso já fomentaram a criação de um mercado comum entre os dois países, o que resultou na criação do MERCOSUL em 1991.¹²⁶

Atualmente a ALADI conta com treze membros na região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Por meio de vínculos multilaterais ou acordos parciais, a ALADI amplia seu campo de ação para o resto da América Latina, aumentando o processo integrador, buscando o desenvolvimento socioeconômico e equilibrado da região, constituindo uma organização consolidada e eficaz.

4.3 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 1991 através do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março, que objetivava estabelecer uma área de livre comércio e uma união aduaneira, implementando assim um modelo de regionalismo estratégico sul-sul e tendo caráter intergovernamental.

Os fundadores do Mercosul foram: o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, anos depois, a Venezuela se agregou ao bloco como membro efetivo, porém foi suspensa recentemente, em 05 de agosto de 2017, por não cumprir as obrigações democráticas do bloco. Os Estados membros do bloco acordaram que quando restabelecer a ordem democrática a suspensão cessará.¹²⁷

Os membros associados do Mercosul são: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname. O tratado prevê a integração econômica, como a livre

¹²⁵ GONÇALVES, Op. Cit., p. 107.

¹²⁶ GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO-JR, Op. Cit., p. 563.

¹²⁷ MERCADO COMÚN DEL SUR. Declaraciones y decisiones presidenciales. **Mercosur.int**. 2017. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/4506/11/innova.front/declaraciones-y-decisiones-presidenciales>>. Acesso em 30 out. 2017.

circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, além da tarifa externa comum (TEC), a fim de assegurar condições comerciais adequadas de concorrência entre os países membros.¹²⁸

Os países do Mercosul juntos formam uma grande potência econômica, parcialmente amparada pela amplitude territorial brasileira e da Argentina, que são os dois países mais influentes, tendo mais indústrias comparadas aos países do bloco. Observa-se no trecho abaixo que:

O Mercosul é, por si, uma potência econômica. Soma um PIB de 3,641 trilhões de dólares, que equivale a 82,3% do PIB de toda a América do Sul. Cobre um território de quase 13 milhões de quilômetros quadrados e conta com mais de 275 milhões de habitantes; isto é, sete em cada dez sul-americanos são cidadãos do Mercosul. Assim, é a zona econômica e a plataforma industrial mais dinâmica, competitiva e desenvolvida tanto da América Latina como de todo o Hemisfério Sul do planeta.¹²⁹

Dessa forma, com a abertura comercial, é possível uma maior evolução em termos comerciais e econômicos, visto que o Mercosul tem a capacidade para o aumento de produtividade em seus países membros, fazendo com que eles se desenvolvam cada vez mais.

O Mercosul foi criado em um momento propício no cenário econômico interno e externo dos países da região, reforçado pelo novo pensamento da CEPAL, que prioriza a integração regional para o desenvolvimento dos países latino-americanos, sendo chamado o período de “regionalismo aberto”, que representa a ruptura do antigo pensamento da CEPAL de inserção da América Latina na economia mundial para uma maior eficácia econômica.¹³⁰

4.4 ALCA

A área de livre comércio das Américas (ALCA) se iniciou pelos Estados Unidos em 1994, com o objetivo de inserir um programa econômico grandioso no que diz a respeito das áreas de saúde, educação, infraestrutura, combate à pobreza e etc entre os 34 países da América Latina, exceto Cuba. A verdade é que a ALCA foi um projeto do imperialismo norte-americano visando aumentar o seu domínio

¹²⁸ CHACON, Op. Cit., p. 51.

¹²⁹ CASTRO, Op. Cit., p. 156.

¹³⁰ PAASHAUS JUNIOR; LIRA, Op. Cit..

econômico e hegemônico na América Latina, dessa forma, construir um espaço mais propício as grandes empresas transnacionais norte-americanas e praticar uma política neomercantilista em defesa do mercado interno dos EUA.¹³¹

Primeiro os Estados Unidos lançaram a “Aliança para o Progresso”, logo após os esforços dos países latino-americanos constituírem a ALALC em 1960 para tentar diminuir a dependência comercial e econômica dos EUA e em 1991 após a criação do MERCOSUL ocorreu uma situação parecida com o acontecido em 1960, em que os Estados Unidos implanta a Área de Livre Comércio das Américas para tentar asfixiar o Mercosul e outras experiências de tratados regionais.¹³²

No Brasil, as consequências da ALCA se revelam em âmbito de desequilíbrio, como atesta o trecho a seguir:

As desigualdades existentes nas relações internacionais de troca do Brasil com o resto do mundo são decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial onde os que estão assentados à mesa tentam a todo custo impedir a chegada de novos comensais, quando muito atirando-lhes algumas migalhas. E o fato concreto é que a OMC pouco ou nada fez até agora para alterar esse status quo. Ao contrário, sua ação mais parece orientar-se no sentido de mantê-lo ad infinitum. E o mesmo nos parece ser o caminho que os Estados Unidos tentam impedir à futura ALCA, caso não encontrem maiores resistências.¹³³

A constituição brasileira recomenda que seja estabelecido o princípio da independência nacional nas relações internacionais, assim deve ser levada em conta a soberania de cada Estado e a liberdade em negociar acordos de livre comércio através do MERCOSUL, que é um espaço latino-americano.

O presidente Lula fez uma análise crítica da ALCA, na qual demonstrou que a proposta norte-americana era inadmissível e enquanto as nações de maior desenvolvimento econômico da região não renunciassem às medidas protecionistas e aos subsídios com que restringiam a participação dos demais países, isso faria com que os países latinos fossem cada vez mais dependentes dos Estados Unidos.¹³⁴ Com isso, “a ALCA representa um tremendo golpe no processo de formação da nação”.¹³⁵

¹³¹ GUIMARAES, Samuel Pinheiro. **Para entender e combater a ALCA**. 1, ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p.17.

¹³² GUIMARÃES, Op. Cit., p. 22

¹³³ Ibid., p. 36.

¹³⁴ CASTRO, Op. Cit., p. 20.

¹³⁵ GUIMARÃES, Op. Cit., p. 18.

O plano da ALCA de caráter multilateral não foi concretizado, porém a estratégia dos Estados Unidos está em manter acordos bilaterais na região de forma a não reduzir a capacidade de negociação e a resistência dos países da região, dessa forma a América Latina deve tomar cuidado com suas decisões de modo a não se tornar dependente dos países desenvolvidos e perder a própria nacionalidade.

No próximo capítulo será estudado o Brasil e o comércio internacional de modo a entender o porquê seria benéfico priorizar as relações comerciais com os países vizinhos, obtendo relações recíprocas e ganhos mútuos, tornando então a hegemonia na América do Sul.

5 O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Com todos os acontecimentos históricos, é possível observar que o Brasil priorizou as relações Sul-Sul a partir do governo do presidente Lula (2003-2010), não mais valorizando apenas as relações com os países desenvolvidos. Adotou políticas de integração econômica, fortalecimento do Mercosul e inserção do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, será analisado nesse capítulo o Brasil e o comércio internacional na sua estrutura econômica a partir dos anos 1990 até a atualidade, para verificar as possibilidades de ele se tornar uma potência hegemônica na região.

Por hegemonia, pode-se compreender pela a “capacidade de direção política e cultural de um grupo ou classe social sobre as demais classes sociais e suas frações”¹³⁶. A hegemonia não deve ser pelo meio militar, mas sim pela diplomacia e pelo potencial de estabelecer consenso, devendo então ser um referencial em política, tecnologia e economia.

No Brasil, há uma grande perspectiva de melhora e desenvolvimento, mesmo com todos os desafios políticos e econômicos que se implantaram após o impeachment da presidente Dilma e a entrada do vice-presidente Michel Temer no Executivo. Na América Latina o Brasil “ocupa uma posição singular no subcontinente, seja por seu tamanho, língua, cultura, seja mesmo por sua enorme dimensão econômica, se comparada à de seus vizinhos.”¹³⁷

Para a melhor compreensão, será feita também a análise do comércio do Brasil com os países vizinhos e as suas 10 fronteiras, pois “sendo o Brasil um país de grande extensão territorial, de alto índice populacional e com o oitavo PIB do mundo, em 1996, não é de estranhar que ele tenha uma tendência a expandir a sua influência sobre os países vizinhos e/ou próximos.”¹³⁸

5.1 FRONTEIRAS

O tratado de Madri de 1750 elegeu como critério delimitador as “fronteiras naturais”, o que acabou determinando que os rios e montanhas seguissem numa

¹³⁶ BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro: Fase; Petrópolis – RJ: Vozes, 1992, p. 21.

¹³⁷ BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Afinal, que país é este?** – Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999, p. 32.

¹³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001, p. 78.

expansão maior que em outros continentes no que diz a respeito das fronteiras internacionais na América do Sul.

Quanto ao Brasil, de acordo com o autor Martin, existem cerca de “15.719 km de fronteiras terrestres estabelecidas com 10 países, ocupamos a terceira posição em termos de número de vizinhos”¹³⁹ Sendo isto então, um importante canal econômico e comercial para o desenvolvimento do Brasil e para a possível obtenção da hegemonia na região. Dessa forma serão abordadas todas as fronteiras do Brasil e o fluxo de comércio entre elas.

A fronteira com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, sendo estabelecida uma geoestratégia por ser a maior fronteira do Brasil, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais. Os estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia são Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A ferrovia que liga São Paulo a Santa Cruz de la Sierra fortalece a presença do Brasil em questão comercial e econômica.¹⁴⁰

A cooperação energética é importante para ambos, constitui insumo para a política energética brasileira e fonte de renda para a Bolívia. O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia, sendo o gás natural exportado grandemente para o Brasil, cerca de 98% do total exportado é para o Brasil, e é a segunda origem das suas importações. As exportações brasileiras para a Bolívia são compostas de na maioria das vezes de manufaturados, como ferro, betume de petróleo, condutores para uso elétrico e etc.¹⁴¹

A fronteira do Brasil com o Peru tem extensão de 2.995,3 km, dos quais 2.003,1 km são por rios e canais, 283,5 km por linhas convencionais e 708,7 km por divisor de águas. A influência comercial também ocorre na cidade de Tabatinga, e não somente através da navegação no Solimões.¹⁴² Os estados brasileiros que fazem fronteira com o Peru são Acre e Amazonas. O fluxo comercial de ambos países vem aumentando ao decorrer dos anos e para avançar ainda mais, “os dois países estabeleceram, em 2015, uma renovada agenda econômico-comercial, com

¹³⁹ MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 83.

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Segunda comissão brasileira demarcadora de limites. **Itamaraty.gov.br**. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras_da_sccl.xml>. Acesso em: 05 nov. 2017.

¹⁴¹ Informações disponíveis em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4870-estado-plurinacional-da-bolivia>>. Acesso em 04 nov. 2017.

¹⁴² ANDRADE, Op. Cit., p. 81.

negociações em aceleração do cronograma de desgravação do ACE-58, investimentos, serviços, compras governamentais e facilitação do comércio.”¹⁴³

A fronteira do Brasil com a Venezuela tem extensão de 2.199,0 km, dos quais 90,0 km são por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas. Os estados que fazem fronteira com a Venezuela são: Amazonas e Roraima. O Brasil é o terceiro destino de importação da Venezuela. A relação entre os dois países está decaindo em decorrência da grande crise instalada na Venezuela a partir do governo de Nicolás Maduro. O Brasil tem interesse em exercer a influência até Antilhas, resguardar a sua fronteira visto que a Venezuela é grande fornecedora de energia a Roraima.¹⁴⁴

A fronteira do Brasil com a Colômbia tem extensão de 1.644,2 km, dos quais 808,9 km são por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas. O estado brasileiro que faz fronteira com a Colômbia é o Amazonas. Existem alguns problemas nessa fronteira, pois:

Existem áreas controladas pelos produtores de cocaína, que utilizam a Amazônia como rota para o narcotráfico, e de guerrilheiros de tendências políticas de esquerdas que, naturalmente, não são simpáticos ao governo brasileiro. Esse fato vem levando o Exército brasileiro a sugerir um projeto, o Calha Norte, de povoamento das fronteiras na Amazônia e que, entre outras metas, visa a criação de dois territórios federais, o do Alto Rio Negro, com capital em São Gabriel da Cachoeira, e o de Solimões, com capital em Tabatinga.¹⁴⁵

A relação comercial com a Colômbia tem sido fortalecida, existem cerca de 50 empresas estabelecidas na Colômbia, que atuam em setores estratégicos, como siderurgia, infraestrutura, tecnologia e etc, o que é um fator positivo para o país, demonstrando a sua capacidade. O Brasil é o quarto destino das importações da Colômbia, os principais produtos importados em geral são Petrolíferos refinados, carros, medicamentos embalados, equipamentos de transmissão e unidades de disco digital.¹⁴⁶

A fronteira do Brasil com a Guiana tem extensão de 1.605,8 km, dos quais 698,2 km são por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas. Os estados

¹⁴³ Informações disponíveis em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6464-republica-do-peru>>. Acesso em 04 nov. 2017.

¹⁴⁴ ANDRADE, Op. Cit., p. 81.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Informações disponíveis em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/col/>. Acesso em 04 nov. 2017.

brasileiros que fazem fronteira com a Guiana são: Roraima e Pará. O Brasil tem interesse em exercer a influência na região pela sua falta de estabilidade econômica, realizando projeto de infraestrutura na região, e estima-se que a “comunidade brasileira residente na Guiana seja composta por entre 15 e 20 mil pessoas, boa parte deles ligada à exploração mineral. De outro lado, o número estimado de cidadãos guyaneses vivendo no estado de Roraima, é de 38.000”.¹⁴⁷

A fronteira do Brasil com o Paraguai tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas. Os estados brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai são: Paraná e Mato Grosso do Sul. O Paraguai apresenta grande perspectiva de crescimento e a relação comercial entre o Brasil é benéfica para ambos os países, o destino das importações do Paraguai é de topo o Brasil em 1º lugar, seguido dos Estados Unidos. Os principais produtos demandados de importação são petrolíferos refinados, equipamentos de transmissão, carros, pesticidas e mineral misto ou fertilizante químico.¹⁴⁸

A fronteira do Brasil com a Argentina tem extensão de 1.261,3 km, dos quais 1.236,2 km são por rios e apenas 25,1 km por divisor de águas. Os estados brasileiros que fazem fronteira com a Argentina são: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral, a Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil, se somadas às capacidades dos dois países, estes, representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul. O Brasil é o principal destino das importações e exportações argentinas. Os principais produtos importados em geral são carros, peças de veículos, telefones, petrolíferos refinados e petróleo.¹⁴⁹

A fronteira do Brasil com o Uruguai tem extensão de 1.068,1 km, dos quais 608,4 km são em rios e canais, 140,1 km em lagoas, 57,6 km por linhas convencionais e 262,0 km por divisor de águas. O estado brasileiro que faz fronteira com o Uruguai é o Rio Grande do Sul. O Brasil é o principal destino das importações e exportações do Uruguai. Os principais produtos importados em geral são crude

¹⁴⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6436-republica-cooperativista-da-guyana>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

¹⁴⁸ Informações disponíveis em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/pry/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

¹⁴⁹ Informações disponíveis em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/arg/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

petróleo, geração de energia elétrica define, carros, equipamentos de transmissão e caminhões de entrega.¹⁵⁰

A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa tem extensão de 730,4 km, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas. O estado brasileiro que faz fronteira com a Guiana Francesa é o Amapá. Os principais produtos importados são mós de diamante natural ou sintético, aparelhos para interrupção, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e aparelhos para filtrar óleos minerais.¹⁵¹

A fronteira do Brasil com o Suriname tem extensão de 593,0 km, dos quais os 593,0 km são por divisor de águas. Os estados brasileiros que fazem fronteira com o Suriname são: Amapá e Pará. Os produtos principais importados são petrolíferos refinados, máquinas terraplanagem, carros, caminhões de entrega e grandes veículos da construção. O destino de exportações são os EUA, Japão e China.

Na figura abaixo está o mapa da América do Sul, mostrando todas as fronteiras do Brasil e os Estados que fazem parte. Os únicos países que não fazem fronteira com o Brasil são o Chile e o Equador.

Figura 8: Mapa de todas as fronteiras do Brasil na América do Sul



Fonte: (PORTAL SÃO FRANCISCO)¹⁵²

¹⁵⁰ Informações disponíveis em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ury/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

¹⁵¹ Informações disponíveis em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/intercambio-comercial-entre-amapa-e-guiana-francesa,b11151158cd3e510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 04 nov. 2017.

¹⁵² Informações disponíveis em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/fronteiras-do-brasil>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

Como foi analisado, o Brasil é rico em possibilidades para a sua expansão na América do Sul, pois exerce uma grande influência econômica na região, porém é preciso vencer alguns obstáculos e potencializar suas qualidades, diminuindo seus defeitos em âmbito político, econômico e social.

Para Andrade (2001),

O grande problema de um país como o Brasil é conseguir se desvencilhar da dominação dos grandes grupos econômicos e políticos internacionais, consolidar a sua identidade e conduzir uma política de fraternidade com os seus vizinhos e sócios. Seria-lhe necessário fugir de uma globalização neoliberal, imposta do exterior, para se adaptar a uma globalização atenuada e que consulte aos seus interesses como nação e como Estado.¹⁵³

Dessa forma, a maneira de condução da política externa reflete internamente no setor econômico, é preciso saber lidar com situações, adotando maneiras para desenvolver o país, potencializando a autonomia na região latino-americana. Com isso, será abordado a seguir a relação do Brasil no que diz respeito à economia e comércio desde a década de 1990 até a atualidade.

5.2 ESTRUTURA/DINÂMICA ECONÔMICA E COMERCIAL DO BRASIL DE 1990 A 2017.

Nesta seção será abordada a política econômica e comercial de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso como modelos neoliberais da época, posteriormente Luís Inácio da Silva, com iniciativas de global player, sendo ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país tanto no aspecto interno como externo. As análises do governo de Dilma Rousseff e do atual presidente também serão feitas de modo a demonstrar a estratégia política implantada na atualidade e possíveis perspectivas para o Brasil. A OMC representa um espaço de conquistas e derrotas, neste sentido, o presente trabalho irá explorar a competitividade brasileira neste âmbito, bem como verificar qual o posicionamento dos governos dos países latino-americanos em relação ao MERCOSUL.

Durante o governo do presidente Collor de Mello, na década de 1990, foi implantado um consenso neoliberal, em que o programa de privatizações ganhou

¹⁵³ ANDRADE, Op. Cit., p. 85.

forças e o processo de abertura comercial com vista à liberalização das importações foram relativamente mais significativas devido à importância dada ao capital estrangeiro como meio de crescimento econômico, pois essa era a função do Estado, bem como a liberalização cambial, o fim de subsídio, a liberalização de investimentos estrangeiros e a renegociação da dívida externa. Essas medidas eram vistas como a melhor alternativa de inserção na economia internacional.¹⁵⁴

Os primeiros passos no sentido de liberalização econômica, como políticas de abertura comercial ao permitir o avanço da importação, o que “permitiu que competidores internacionais, ao conquistar fatias do mercado brasileiro, provocassem efeitos distributivos negativos sobre o empresariado nacional”¹⁵⁵. Dessa forma, impedia-se o desenvolvimento equitativo do país e valorizava as empresas estrangeiras.

O governo de FHC, por meio do Plano Real, tinha o objetivo de aumentar a privatização, buscando a estabilização da economia através da ampliação da receita tributária e sem a participação do Estado na economia, sendo um plano eficaz para o combate à hiperinflação, estabilizando a economia. Porém, centrou-se na valorização cambial, o que acabou gerando um desequilíbrio externo muito grande. Em outras palavras,

Criou-se tanto as condições adequadas para a aceleração da corrida de parcelas significativas da elite econômica do país para o rentismo quanto para a reestruturação de setores econômicos que foram mantidos sob controle de grupos brasileiros, mas tiveram a capacidade de se transnacionalizarem com o apoio de investidores internacionais. Além disso, as privatizações atraíram grupos econômicos globais, os quais ocuparam setores relevantes da economia brasileira, tais como o setor telefônico e o bancário.¹⁵⁶

Com a nova configuração da economia pós-liberalização, exigiu-se do Estado a elaboração de novas estratégias de gestão pública para consolidar um desenvolvimento sólido, inserindo o Brasil no mercado mundial. FHC mudou a perspectiva na política externa, buscou substituir a agenda reativa, dominada pela lógica da autonomia pela distância, por uma agenda internacional proativa determinada pela lógica da autonomia pela integração, em que o país tinha o dever

¹⁵⁴ CARMO, Corival Alves do. et al. **Relações internacionais: olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 488.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 489.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 492.

de se integrar a economia global, alcançando então, com isso, a posição de global trader¹⁵⁷ Essa política favoreceu a integração regional no Mercosul, mesmo que timidamente.¹⁵⁸

No entanto, FHC buscou estabelecer relações intensas com países desenvolvidos, aceitando as normas impostas por estes e pelas instituições internacionais, pois na visão dele, os países desenvolvidos tinham maior autonomia pela superioridade em relação ao Brasil, o que enfraquecia a possibilidade de cooperação benéfica, ou seja, “limitou as possibilidades emergentes para a concretização de ganhos para o país entre parceiros do mesmo nível de desenvolvimento.”¹⁵⁹

A inserção internacional brasileira começou a se alterar após a vitória de Lula em 2002, sendo a sua estratégia, como o resgate do desenvolvimentismo e a estabilização de uma América do Sul estável no âmbito econômico, social e político. Reforçou a estrutura do Mercosul, flexibilizando as políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, substituiu a autonomia pela integração de FHC para a autonomia pela assertividade, em que os interesses das elites brasileiras passaram a ter maior importância, deixou de lado o apoio ao unilateralismo norte-americano e viabilizou o princípio do multilateralismo nas relações internacionais.

O Mercosul foi criado na década de 1990, o que propiciou fortes investimentos estrangeiros, mas não houve reciprocidade por parte desses países. Dessa forma, no governo Lula foi priorizada a intensificação das parcerias sul-sul, criou a ideia da Comunidade Sul-Americana de Nações, que foi transformada na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), com o objetivo da ampliação da liderança regional brasileira na América do Sul.¹⁶⁰

Lula optou por uma política de defesa dos países mais pobres, importando produtos dos países vizinhos mesmo que tivesse que pagar mais caro. Além de perdoar as dívidas dos países menores na região, estabeleceu acordos com a Venezuela no setor de petróleo e durante a crise da Argentina, o BNDES atuou como fonte de empréstimos para garantir recursos à Argentina e interveio em vários conflitos de outros países da região, como por exemplo, o caso do gás Brasil-Bolívia

¹⁵⁷ País que os negócios possuem alcance global.

¹⁵⁸ CARMO, Op. Cit., p. 493-494.

¹⁵⁹ Ibid., p. 498.

¹⁶⁰ Ibid., p. 510.

em 2006. Dessa forma, a diplomacia brasileira atuou como meio de solução pacíficas em meio às crises regionais, visando consolidar a posição de líder regional.¹⁶¹

No governo de Lula, o Brasil trabalhou de modo a modificar e denunciar infrações cometidas pelos países desenvolvidos na Organização Mundial de Comércio (OMC), buscando estabelecer uma postura contrária dos anos 1990, em que o Brasil se posicionou do lado dos EUA e União Europeia (UE).

Pode-se concluir que a PEB do governo Lula da Silva buscou abrir novos espaços de relacionamento internacional para o Brasil e em seu governo “logrou benefícios na sua política externa porque decidiu colocar a questão social no coração do Estado brasileiro ao aprofundar e criar amplos programas domésticos de inclusão de famílias e indivíduos no mercado consumidor”¹⁶², estabeleceu políticas de integração e cooperação regional, agiu como global player¹⁶³, visando aumentar a competitividade da indústria brasileira na esfera internacional e estabelecer a consolidação de liderança na América do Sul.

O governo da presidente Dilma Rousseff não obteve grande êxito na questão de política externa, pois priorizava estabelecer ações de políticas domésticas para tentar estabilizar a economia do país que estava em um momento de crise. Dessa forma, se no governo de Lula buscava-se manter relações internacionais estreitas, no governo de Dilma esse protagonismo e a representatividade brasileira foram deixados de lado.

No governo atual de Michel Temer, o presidente interino, com legitimidade fragilizada perante a OEA, Unasul e até mesmo alguns países do Mercosul, busca priorizar as relações com países desenvolvidos, visão voltada ao neoliberalismo da era FHC, prejudicando as indústrias nacionais. Deixa de estabelecer relações amistosas com os países vizinhos, limitando as possibilidades para a concretização de ganhos para o Brasil entre países do mesmo nível de desenvolvimento.

Sucedendo o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a OMC foi constituída em 1994, através da assinatura da Ata Final da Rodada Uruguai, sendo a primeira instituição a lidar com o comércio internacional, tendo uma base jurídica sólida, adotando mecanismos que garantem o cumprimento de normas

¹⁶¹ CARMO, Op. Cit., p. 511.

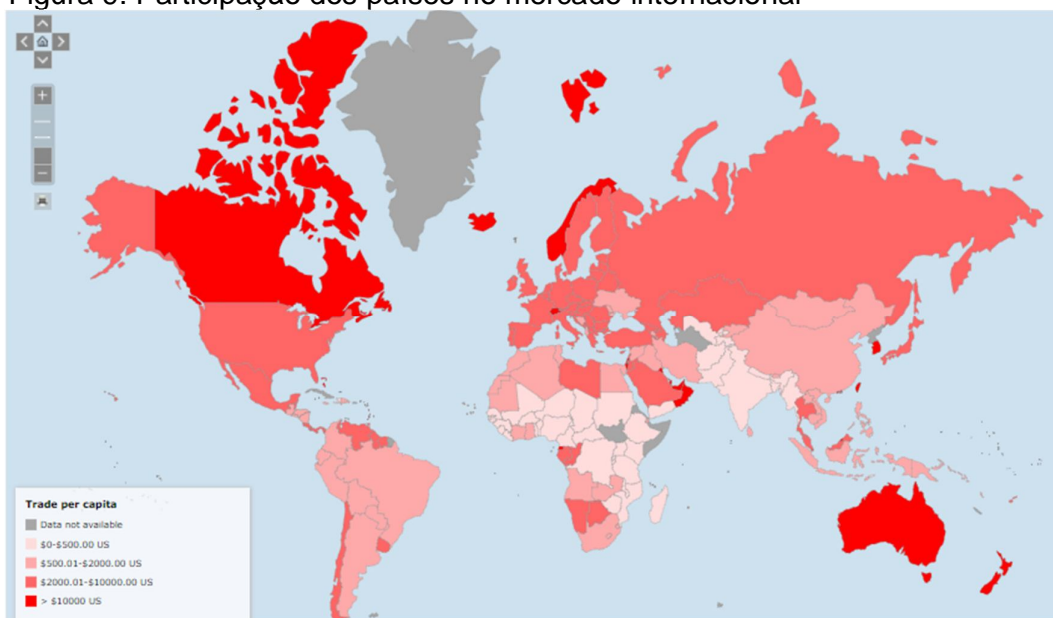
¹⁶² Ibid., p. 514.

¹⁶³ “Jogador mundial”, ou seja, um país com grande influência dentro do sistema internacional.

estabelecidas, o que faz com que o comércio de bens, serviços e propriedade intelectual possa ser regularizado. A OMC mantém a ordem comercial em um sistema internacional complexo, tendo também um mecanismo de solução de controvérsias.¹⁶⁴

O comércio internacional é de interesse de todos os países visto que os benefícios colaboram para o desenvolvimento e crescimento econômico, trazendo benefícios para a sociedade. A OMC tem caráter parauniversal, abrangendo todos os continentes do mundo. A figura abaixo apresenta a relação dos países no mercado internacional de acordo com dados da OMC.

Figura 9: Participação dos países no mercado internacional



Fonte: (WTO)¹⁶⁵

Como se pode ver, a participação dos países no mercado internacional é desigual, o faturamento maior está nos países mais desenvolvidos, o Brasil fica em nível baixo, mesmo se comparado com alguns países da América do Sul, como o Chile e o Uruguai, mas nota-se que essa comparação é a soma das exportações e importações e o total é dividido pelo tamanho da população, dessa forma, o

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de et al. **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** Florianópolis: Diplomacia Legal, 2000, p. 47.

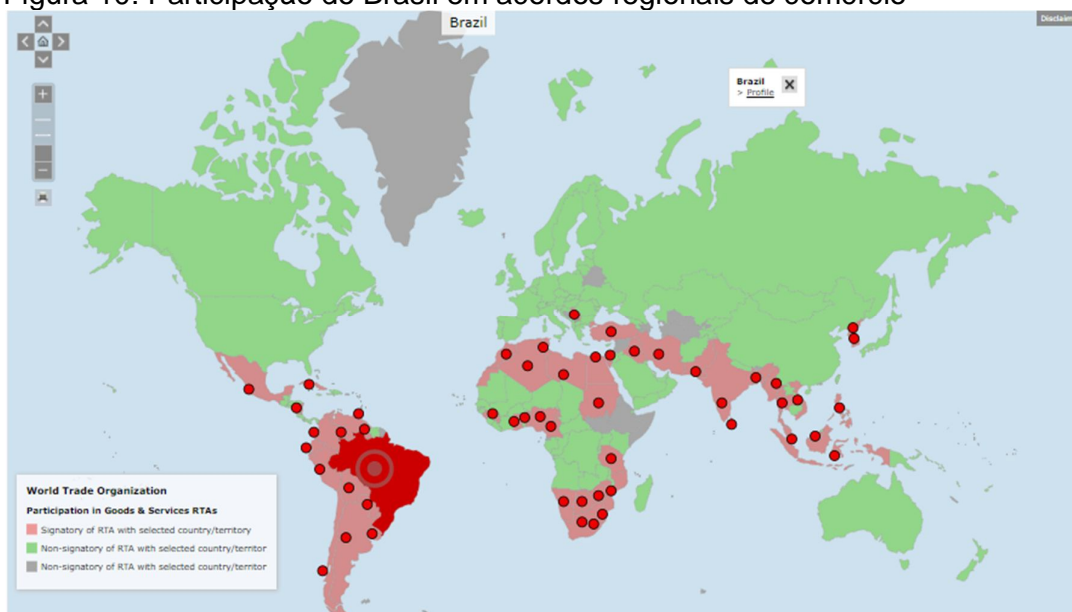
¹⁶⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION. **Wto.org.** c2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_maps_e.htm>. Acesso em: 08 nov. 2017.

comércio do Brasil só não se mostra com um maior índice em relação aos países vizinhos devido ao seu grande território.

No GATT ficou estabelecida a cláusula da nação mais favorecida, em que vigora a política multilateral em benefícios a todos, com a exceção da cláusula da habilitação e o reconhecimento de acordos regionais, visto que nem todos participam igualmente do comércio internacional, assim existem benefícios alfandegários distribuídos aos países subdesenvolvidos e periféricos e a redução de barreiras tarifárias entre os países pertencentes aos blocos regionais.¹⁶⁶

Em relação à presença do Brasil em acordos regionais de comércio, verifica-se na figura abaixo as áreas que o Brasil prioriza manter relações, informações tiradas da OMC com base nos três últimos anos.

Figura 10: Participação do Brasil em acordos regionais de comércio



Fonte: (WTO)¹⁶⁷

O Brasil mantém uma ligação forte com a América Latina e o Caribe, como se observa no mapa acima, possuindo acordos com todos os países da região. Como visto no capítulo anterior, o Mercosul, o Pacto Andino, a Aladi e a Unasul mostraram-se como meios para relações benéficas para o desenvolvimento da região. Outros

¹⁶⁶ JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento do GATT à OMC – Discurso e prática**. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 34.

¹⁶⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. Brazil and the WTO. **Wto.org**. c2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/rta_participation_map_e.htm>. Acesso em: 07 nov. 2017.

acordos regionais que o Brasil tem estabelecido é no continente africano e na Índia com prospecção a aumentar.

Na OMC o Brasil possui 31 casos como demandante, 16 casos como demandado e participa de 113 casos em contenciosos de outros países de diversos temas. A intensa participação do país permitiu uma grande influência na OMC e se mostra como um instrumento para a eliminação de barreiras e para a sua estratégia de desenvolvimento.¹⁶⁸

Recentemente, o Brasil sofreu uma condenação na OMC em resposta às consultas da União Europeia e Japão que classificavam os programas de apoio à indústria nacional como ilegais. Em 28 de setembro o Brasil informou a OMC da sua decisão de recorrer ao Órgão de Apelação e no dia 3 de outubro os países demandantes notificaram sobre suas decisões de apelar, isso fará com que o processo dure até pelo menos a metade de 2018.¹⁶⁹

Os setores que podem ser afetados pela decisão da Organização estão na área de informática, automobilístico, telecomunicação e programas que dão incentivos a empresas exportadoras. Para a OMC os programas do Brasil “taxam excessivamente produtos importados na comparação com nacionais, usando subsídios proibidos por dar vantagens competitivas a empresas tendo como base regras de uso de conteúdo local ou desempenho em exportações”.¹⁷⁰ Dessa forma, o governo brasileiro mascarou o termo incentivo, porque na era verdade foram subsídios para tentar aumentar a competitividade brasileira frente aos setores internacionais.

Se a decisão final confirmar a condenação, faz-se necessária uma reforma tributária e que esta, faça com que a competitividade da indústria brasileira aumente. Para isso se faz necessário investir no setor interno e na prioridade de comércio com a os países da América do Sul, assim, tendo relações recíprocas e ganhos mútuos, buscando o pleno desenvolvimento.

Os países latino-americanos “apresentam de fato na contemporaneidade como importantes potências econômicas mundiais sem, contudo, atenuar as desigualdades socioespaciais e territoriais historicamente aí constituídas e

¹⁶⁸ Informações disponíveis em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/brazil_e.htm>. Acesso em 07 nov. 2017.

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Informações disponíveis em: <<http://m.folha.uol.com.br/amp/mercado/2017/08/1914265-omc-da-90-dias-para-brasil-suspender-7-programas-de-incentivo-a-industria.shtml>>. Acesso em 17 out. 2017.

reproduzidas.”¹⁷¹ Desse modo, a instauração de políticas para o desenvolvimento desses países é fundamental, e o Brasil é um país com potencial para a elaboração destas, tendo em vista que irá beneficiar toda a região, no entanto, é de se observar que o Brasil está em período de crise econômica e política, tendo que ser estruturada a visão e a performance, deixando as práticas neoliberais e partindo para o desenvolvimentismo.

O Mercosul tem um papel estruturador no âmbito de políticas para o desenvolvimentismo e melhorias na região, mesmo tendo tantos problemas para avançar. A área de melhores trocas comércio para o Brasil é na América do Sul, deve-se no momento atual buscar realizar acordos na região para encontrar equilíbrio.

Os presidentes dos Estados Partes do Mercosul se reuniram na Argentina no dia 21 de Julho de 2017 na reunião ordinária do bloco e destacaram a importância de realizar a Conferência Ministerial da OMC prevista para a data de 10 a 13 de dezembro. Nessa reunião eles “reafirmaram la necesidad de promover y fortalecer el sistema multilateral de comercio basado en reglas, abierto, transparente, inclusivo, no discriminatorio y equitativo, que tenga a la OMC como piedra angular”¹⁷² Ratificaram também a vontade de manter e fortalecer as relações entre os países do bloco.

Visto isto, a integração regional é benéfica para todos os países da região, pois cria condições para o desenvolvimentismo, tirando os fortes laços do imperialismo norte-americano e de países desenvolvidos que querem apenas tirar vantagens dos países periféricos para alimentar suas indústrias.

O Brasil precisa desvincular da dependência de países desenvolvidos e focar na indústria nacional, construindo assim, uma base sólida para fortalecer o mercado interno e potencializar suas exportações, pois para se tornar hegemônico é preciso possuir influência sobre a economia, a tecnologia e a política nos demais países. Ter como prioridade a integração regional, mantendo o regionalismo aberto com os países latino-americanos é um meio de fortalecer sua posição internacional.

¹⁷¹ AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, n. 418 (62), nov. 2012: Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-62.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

¹⁷² Informações disponíveis em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4506/1/declaracion-sobre-xi-conferencia-ministerial-de-la-omc_es.pdf>. Acesso em 09 nov. 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordada a possibilidade do Brasil se tornar a hegemonia na América do Sul através de modelos desenvolvimentistas, buscando relações efetivas e benéficas com os países latino-americanos para assim conseguir sair da condição de subdesenvolvido e ingressar na condição de país desenvolvido, dessa forma, se faz necessária a integração regional como meio de inserção na economia mundial.

No início da pesquisa foi analisado a crítica da CEPAL às teorias clássica e neoclássica, com as contribuições de Raul Prebisch e Celso Furtado para o desenvolvimento da região, sendo um divisor de águas para a América Latina, pois de acordo com os pensamentos de Smith e Ricardo, o Brasil por ser especializado em produtos primários deveria importar tecnologia e produtos industrializados, utilizando assim, de acordo com as contribuições da CEPAL, de relações desvantajosas com os países desenvolvidos. Para tanto, o pensamento cepalino a princípio, não era outro se não o processo de industrialização por substituição de importações.

No entanto, apesar de todo esforço em tentar construir um novo modelo na América Latina, o desenvolvimentismo acaba perdendo forças na década de 1960, tendo em vista a falta de recursos para reproduzir o capitalismo das nações desenvolvidas. Com esse cenário, a seção seguinte do mesmo capítulo trata da teoria da dependência, que frisa o aperfeiçoamento no movimento internacional através de investimentos estrangeiros e dependência tecnológica, pois a economia latino-americana vinha caminhando a estagnação devido aos altos investimentos, o que acabou gerando desequilíbrio no mercado interno.

A teoria da dependência enxerga o subdesenvolvimento como um produto do desenvolvimento capitalista mundial. As vertentes estudadas foram a dependência associada, a versão da super-exploração e a interpretação nacional-dependente. A teoria da dependência predominou na América Latina entre a década de 1970 e 1990, em que concentrou a atenção aos problemas da democracia e justiça social, porém fez com que a região perdesse o conceito de nação. A CEPAL em 1990 adota um novo pensamento no qual busca a integração regional, fortalecendo as relações com os países vizinhos para que o desenvolvimento seja mais eficaz, visto as relações desiguais entre os países periféricos e os desenvolvidos.

No capítulo três foi analisado o histórico da economia brasileira, deis da colônia até a república, em que no início se pode observar a extrema dependência do Brasil aos países desenvolvidos. A economia era comandando pelas atividades agropecuárias, visto a grande abundância do setor. A exploração de Portugal fez com que a população vivesse sob situações precárias. No período de independência do Brasil (1822-1899), a influência era exercida pelo café. A primeira república (1889-1930) foi marcada pelos impactos da 1ª GM, fortes oscilações do preço do café e a crise de 1929, que abalou o mundo inteiro.

Na era do populismo (1930-1964), inicia-se uma nova fase na visão da economia, pois o Brasil transita da agricultura para outras atividades econômicas, foi então marcada pela revolução econômica. Vargas implantou o PSI, porém buscava autonomia e apoio dos EUA. Todos os aspectos observados no final da primeira república possibilitaram condições para o processo de industrialização no Brasil. JK incentivava o investimento estrangeiro no país, concedendo vários privilégios para empresas estrangeiras, o que fez com que se perdesse a nacionalização do país. Todos os sucessores caminharam para a crise.

A retomada de crescimento só ocorre a partir de 1968 nos governos Costa e Silva e Médici através de medidas como a aproximação com o governo norte-americano, unificando o sistema cambial, porém devido à concentração de renda, se agravou questões sociais e de bem-estar da população. Foram feitas tentativas para tentar amenizar os efeitos negativos no país, mas não resolveram os problemas das contas internas, o que caminhou para a o movimento das diretas já, se iniciando a Nova República.

Como foi analisado, o período da Nova República foi marcado por avanços importantes, como a Constituição de 1988 que atenderam a diversas demandas sociais. No período de FHC, ele priorizou relações com os países desenvolvidos, com base na dependência associada, estudada no começo deste trabalho; na transição para o governo de Lula pode-se observar significativas mudanças econômicas e sociais, retomando então o crescimento e credibilidade externa, priorizando relações com os países vizinhos.

No capítulo quatro foi analisada a integração regional da América Latina, bem como alguns blocos regionais de influência na região. A primeira tentativa de integração foi a Alalc em 1960, em seguida os países do oeste insatisfeitos com a

dificuldade em realizar progressos na Alalc criaram o pacto andino, hoje transformado em CAN. Em 1980 foi criada a Aladi para substituir a Alalc após o seu fracasso. A maior integração hoje consolidada é o Mercosul, criado em 1991, tendo caráter intergovernamental e estabelece uma área de livre comércio, os países do Mercosul junto formam uma potência econômica. Para tentar enfraquecer o bloco, os EUA lançaram a ALCA como meio de impor o imperialismo norte-americano, plano este que não alcançou efetividade.

No último capítulo foi analisado o Brasil e o comércio internacional a partir dos anos 1990 até a atualidade, bem como as fronteiras do Brasil na América do Sul, tendo ele 10 fronteiras na região, os únicos países que não fazem fronteira são o Chile e o Equador, com isso tem grande possibilidade em consolidar a sua identidade com os países vizinhos. Em questão de política econômica e comercial, há uma mudança de conceitos, visto que o governo de Collor e FHC davam mais importância ao capital estrangeiro, já no governo de Lula a integração regional, com perspectiva para a liderança foi intensa, o que gerou mais ganhos para o Brasil em termos econômicos.

A presidente Dilma não teve uma boa condução em relação à política externa, deixando o protagonismo e a representatividade conquistados no governo de Lula, além de que o impeachment trouxe contribuições negativas para o Brasil e para o Mercosul, visto que até hoje é discutido essa questão no bloco, pois o governo de Michel Temer é visto como um governo ilegítimo no cenário interno e externo. A condução da política econômica de Temer volta para os primórdios neoliberais da era FHC, em que prioriza as relações com os países desenvolvidos, o que afeta as indústrias nacionais.

Foi destacado também no último capítulo a OMC como um mecanismo eficaz para manter a ordem do comércio mundial. O Brasil recentemente sofreu uma condenação da OMC em resposta às consultas do Japão e da UE, está recorrendo, mas se a decisão final for à condenação precisará de uma reforma tributária, para isto é necessário o investimento no setor interno para o fomento da competitividade das indústrias nacionais. Os países membros do Mercosul reiteram a importância da OMC para os países e querem fortalecer as relações com os países do bloco.

Dessa forma, com tudo o que foi analisado ao decorrer deste trabalho, observa-se que a integração regional é benéfica para todos os países da região,

visto que cria condições rumo ao desenvolvimentismo, deixando a dependência aos EUA e aos países desenvolvidos. Assim, o Brasil tem um papel importante na região, visto que exerce maiores condições de influência e de possibilidade sobre a hegemonia na região.

O protagonismo regional do Brasil se faz presente, por exemplo, no caso dos imigrantes da Venezuela, país com crise política e econômica muito acirrada, foi suspensa recentemente do Mercosul por não cumprir com seu papel democrático, possui fronteira com o Brasil e por conta da falta de emprego e até mesmo alimentos, milhares de venezuelano mudam para o estado de Roraima em busca de uma vida melhor.

O Brasil apresentou um maior índice de desenvolvimento na época de Lula, em que ele priorizou as relações com os países vizinhos, mantendo uma política de integração e uma hegemonia consensual. Hoje, a realidade brasileira com o presidente Michel Temer, está voltada a aceitação da condição do status de subdesenvolvido, voltando à dependência dos países desenvolvidos e retirando os benefícios trabalhistas e bem-estar da população, sem o consenso tanto interno como externo.

Com tudo que foi estudado, pode-se concluir que o Brasil tem possibilidade para alcançar a hegemonia na América do Sul, porém necessita de uma reforma política e econômica, após isso, é preciso retomar a visão desenvolvimentista, tendo como exemplo o presidente Lula, como global player e investir no setor de tecnologia do país.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Roberto. **O Brasil, a América do Sul e a integração regional.**, 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-a-america-do-sul-e-a-integracao-regional-8749.html>>. Acesso em: 29 de jul. 2017.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- APPLEYARD, Denis R.; FIELD, Alfred J.; COBB, Jr., Steven L. **Economia internacional**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, n. 418 (62), nov. 2012: Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-62.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Afinal, que país é este?** Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- _____. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro: Fase; Petrópolis – RJ: Vozes, 1992.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; CHADAREVIA, Pedro Caldas. **Economia brasileira**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/03-economia%20brasileira/Livro%20economia%20brasileira.pdf>. Acesso em: 24 out, 2017.
- BRASIL apelarà à OMC para adiar retaliação contra incentivos. Folha de S. Paulo. **Folha.uol.com.br**. 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/amp/mercado/2017/08/1914265-omc-da-90-dias-para-brasil-suspender-7-programas-de-incentivo-a-industria.shtml>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- BRASIL. Governo do Brasil. Saiba mais sobre o Brasil Império. Brasil.gov.br. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Estudo Plurinacional da Bolívia, **Itamaraty.gov.br**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4870-estado-plurinacional-da-bolivia>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- _____. Republica cooperativa da Guiana. **Itamaraty.gov.br**. c2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6436-republica-cooperativista-da-guyana>>. Acesso em 04 nov. 2017.
- _____. Republica do Peru. **Itamaraty.gov.br**. c2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6464-republica-do-peru>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Segunda comissão brasileira demarcadora de limites. **Itamaraty.gov.br**. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras_da_scdl.xml>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n.1, p. 3-23, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso: 05 ago. 2017.

_____. Os três ciclos da sociedade e do Estado. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, v. 38, p. 17-48, dez. 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1984.

CAETANO: Temer aumenta gasolina, gás, conta de luz e agora reduz o salário mínimo. **Brasil247.com**. c2017. Disponível em: <<https://goo.gl/7CTG8J>>. Acesso em 01 nov. 2017.

CARMO, Corival Alves do et al. **Relações internacionais: olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013.

CASTRO, Nils. **América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial**. Tradução Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Nacoesunidas.org**, c2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

CHACON, Vamireh. **O MERCOSUL: A integração econômica na América Latina**. São Paulo: Scipione, 1996.

COUTO, Joaquim Miguel. **Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia**. Revista de Economia Política, vol. 37, n.1 (146), pp. 65-87, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/146-4.PDF>>. Acesso em: 07 de out. 2017.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

DORNBUSCH, Ed Rudiger; HELMERS, F. Leslie C. H. **ECONOMIA ABERTA: Instrumentos de Política Econômica nos Países em vias de desenvolvimento**. Tradução Teresa Correia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 1991.

FASOLIN, Guilherme. Temer e o retorno do liberalismo condicionado na política externa brasileira. **Huffpostbrasil.com**, 2016. Disponível em:

<http://www.huffpostbrasil.com/guilherme-fasolin/temer-e-o-retorno-do-libe_b_10336774.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

FASSY, Amauri. **Brasil: do FMI ao caos**. São Paulo: Global, 1984.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**; apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO-JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro. **Para entender e combater a ALCA**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento do GATT à OMC – Discurso e prática**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LIGIERO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Econ. soc.** [online] v. 22, n. 2, p. 547-576, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n2/a09v22n2.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MANCEDO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc.** [online]. v. 38, n. 141. pp. 1-18, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/2017nahead/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, Rafael; AZEVEDO, Rita. A vida de Michel Temer, presidente interino do Brasil. **Exame.abril.com.br**. c2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-vida-de-michel-temer-presidente-interino-do-brasil/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MERCADO COMÚN DEL SUR. Declaraciones y decisiones presidenciales. **Mercosur.int**. 2017. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/4506/11/innova.front/declaraciones-y-decisiones-presidenciales>>. Acesso em 30 out. 2017.

MOREIRA, Uallace. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Rev. Econ. Polit.** [online]. v. 32, n. 2, p. 213-228. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004>>. Acesso em: 03 out. 2017.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NETO, Walter Antonio Desiderá; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Perspectivas para a integração da América Latina**. Brasília: IPEA, 2014.

OLIVEIRA, Odete Maria de. et al. **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diplomacia Legal, 2000.

PAASHAUS JUNIOR; Alberto Gustavo; LIRA, Daniel Ferreira de. O desenvolvimento regional na América Latina à luz do pensamento Cepalino: do estruturalismo à nova agenda para o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe. In: **Âmbito Jurídico**, v. 15, n. 101, jun. 2012. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11683>. Acesso em: 19 out. 2017.

PIMENTAL, Ângelo. **A colonização e a regionalização do continente americano**. [s.l.]: [s.n.], c2009. 46 diapositivos. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/44239/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Fronteiras do Brasil. **Portalsaofrancisco.com.br**. c2015. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/fronteiras-do-brasil>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

POZOBON, Rejane de Oliveira; PRATES, Andressa Costa. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 17, n. 42, p. 04-22, abr. 2016.

PROJETO, regional para a superação da pobreza na América Latina. Uma estratégia para a superação da pobreza na América Latina. **Estud. av.** [online]. 1992, v. 6, n. 16, p.157-182. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000300012>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SANTOS, Roberto Elias dos. **América colonização**. [s.l.]: [s.n.], 2011. 45 diapositivos. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/JoaoVitorBoing/america-colonizao>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Niterói: novembro de 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/Tzg57y>>. Acesso em: 04 out. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Intercambio comercial entre Amapá e Guiana Francesa. **Sebrae.com.br**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4aurHn>>. Acesso em 04 nov. 2017.

TAVARES, António Augusto Gonçalves. **Regionalismo e integração, reflexões sobre o processo evolutivo do Mercosul e sua inspiração no modelo da União Europeia**. RIBD, 2012, n.2, p. 1099 a 1125. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ribd/2012/02/2012_02_1099_1125.pdf> Acesso em: 29 de jul. 2017.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Argentina. **Atlas.media.mit.edu**, c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/arg/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Colômbia. **Atlas.media.mit.edu**. c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/col/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. Paraguai. **Atlas.media.mit.edu**. c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/pry/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. Suriname. **Atlas.media.mit.edu**. c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/sur/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. Uruguai. **Atlas.media.mit.edu**. c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ury/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. Venezuela. **Atlas.media.mit.edu**. c2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ven/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TISSOT, Guilherme. Comércio Internacional. **guilhermetissot.wordpress**, 2011. Disponível em: <<https://guilhermetissot.wordpress.com/2011/05/09/comercio-internacional/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Brazil and the WTO. **Wto.org**. c2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/brazil_e.htm>. Acesso em: 07 nov. 2017.